

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Ian Pedro de Oliveira Ramos

*HISTORIA DE ESPAÑA CONTADA CON SENCILLEZ: A APROPRIAÇÃO DA  
RECONQUISTA ESPANHOLA PARA LEGITIMAR A IDENTIDADE NACIONAL  
DURANTE A DITADURA FRANQUISTA (1936-1975)*

Santa Maria, RS

2023

Ian Pedro de Oliveira Ramos

*HISTORIA DE ESPAÑA CONTADA CON SENCILLEZ: A APROPRIAÇÃO DA  
RECONQUISTA ESPANHOLA PARA LEGITIMAR A IDENTIDADE NACIONAL  
DURANTE A DITADURA FRANQUISTA (1936-1975)*

Monografia apresentada ao Curso de História  
Licenciatura, da Universidade Federal de Santa  
Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a  
obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Paula de Souza Mendonça Júnior

Santa Maria, RS  
2023

Ian Pedro de Oliveira Ramos

*HISTORIA DE ESPAÑA CONTADA CON SENCILLEZ: A APROPRIAÇÃO DA  
RECONQUISTA ESPANHOLA PARA LEGITIMAR A IDENTIDADE NACIONAL  
DURANTE A DITADURA FRANQUISTA (1936-1975)*

Monografia apresentada ao curso de História  
Licenciatura, da Universidade Federal de Santa  
Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a  
obtenção do título de **Licenciado em História**.

Aprovada em 7 de junho de 2023

---

**Francisco de Paula de Souza Mendonça Júnior  
(Presidente/Orientador)**

---

**Nikelen Acosta Witter (UFSM)**

---

**Augusto Machado Rocha (University of Colorado)**

---

**José Martinho Rodrigues Remedi (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2023

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha mãe, que fez de tudo para que eu pudesse estudar. Aos meus amigos, Marco, Georgia e Ale, que acompanharam minha trajetória desde o início. Ao meu parceiro Enzo, que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis e não me deixou desistir. Ao meu orientador, Francisco, que deu a melhor orientação e apoio. E a todas as pessoas trans que lutaram para que eu pudesse estar aqui hoje.

## RESUMO

### ***HISTORIA DE ESPAÑA CONTADA CON SENCILLEZ: A APROPRIAÇÃO DA RECONQUISTA ESPANHOLA PARA LEGITIMAR A IDENTIDADE NACIONAL DURANTE A DITADURA FRANQUISTA (1936-1975)***

AUTOR: Ian Pedro de Oliveira Ramos

ORIENTADOR: Prof. Dr. Francisco de Paula de Souza Mendonça Júnior

Este trabalho irá analisar a apropriação da reconquista espanhola feita por José María Pemán em seu livro intitulado *Historia de España Contada con Sencillez*, mais especificamente a parte em que fala sobre o herói Cid. A escrita desse livro se deu durante a ditadura franquista, da qual Pemán era um apoiador. Será feita então uma análise, tendo como base a Nova História Cultural, para tentar resolver o problema de como Pemán se apropriou desse passado para legitimar e ajudar a criar a identidade espanhola.

**Palavras-chave:** História cultural. Cid Campeador. Pemán. Franquismo.

## ABSTRACT

### ***HISTORIA DE ESPAÑA CONTADA CON SENCILLEZ: THE APPROPRIATION OF THE SPANISH RECONQUEST TO LEGITIMATE THE NATIONAL IDENTITY DURING THE FRANQUE DICTATORSHIP (1936-1975)***

AUTHOR: Ian Pedro de Oliveira Ramos

ADVISOR: Prof. Dr. Francisco de Paula de Souza Mendonça Júnior

This work will analyze the appropriation of the Spanish reconquest made by José María Pemán in his book entitled *Historia de España Contada con Sencillez*, more specifically the part where he talks about the hero Cid. This book was written during the Francoist dictatorship, of which Pemán was a supporter. An analysis will then be made of how Pemán appropriated this past to legitimize and help create the Spanish identity. An analysis will then be made, based on the New Cultural History, to try to solve the problem of how Pemán appropriated this past to legitimize and help create the Spanish identity.

**Keywords:** Cultural history. Cid Campeador. Pemán. Francoism.

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 A REPÚBLICA E A GUERRA CIVIL ESPANHOLA.....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 O GOVERNO DE FRANCISCO FRANCO.....</b>	<b>17</b>
<b>1.3 A EDUCAÇÃO DURANTE O FRANQUISMO.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>28</b>
<b>2.1 EL CID CAMPEADOR EM PEMÁN.....</b>	<b>32</b>
<b>2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>43</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a apropriação do personagem histórico Cid realizada por José María Pemán (1897-1981) em seu livro *Historia de España Contada con Sencillez*, a qual teve como intuito ajudar a criar o sentimento de nacionalidade espanhola. Este livro foi publicado originalmente no ano de 1939 e a versão utilizada para essa pesquisa é do ano de 2009, a qual é uma reedição de 1950, dado que foi a única versão a qual tive acesso. Este livro conta a história resumida da Espanha, desde seu povoamento até o momento em que Franco assumiu o poder no país.

Cabe salientar que há algumas diferenças entre essas edições, pois a primeira foi produzida com o objetivo de ser um livro didático para as escolas de ensino básico da Espanha, em que Pemán diz suas intenções:

(...) Neste livro, foi feita uma tentativa de superexcitar e usar aquela grande força infantil, até agora inexplorada na Espanha, que é o entusiasmo e a capacidade de "tomar partido". As crianças tendem instintivamente à adesão fervorosa e ao proselitismo absoluto. E é preciso aproveitar esse tesouro intacto e limpo para sua formação. (...) (PEMÁN, 1939, p. 43, apud ESCALONA, PÉREZ-ALFARO, ALFONSO, 2016 p. 183. Tradução Nossa)<sup>1</sup>

Já a segunda edição foi expandida, visando ser um livro de divulgação histórica para qualquer pessoa ler e ter acesso, deixando assim de ser limitado às escolas, como dito na advertência editorial feita pela editora Escelicer S. L., a qual diz:

Este livro foi pensado em sua redação original para que, abreviado para epítome, servisse de texto oficial para as escolas públicas da nação. Então pareceu conveniente para aqueles que desejavam ampliar seus conhecimentos sobre a História da Pátria, escrever esta versão mais extensa e completa que hoje, atendendo à demanda contínua do público, após sucessivas reedições ampliadas, volta a ser publicada. (PEMÁN, 2009, p. 15. Tradução Nossa)<sup>2</sup>.

Nesta edição, o livro é dividido em trinta e quatro capítulos, que possuem divisão interna de subtítulos. Outro ponto importante para essa pesquisa é que grande parte do livro refere-se à história medieval da Espanha.

Sobre o acesso a esse fonte, primeiramente, tive conhecimento sobre através do artigo *El medievalismo, lo medieval y el CSIC en el primer franquismo*, de Julio Escalona, Cristina

---

<sup>1</sup> (...) en este libro se ha procurado sobreexcitar y utilizar esa gran fuerza infantil, hasta ahora tan desaprovechada en España, que es el entusiasmo y la facilidad para 'tomar partido'. Los niños tienden por instinto a la adhesión fervorosa y al proselitismo tajante. Y es preciso aprovechar para su formación ese tesoro intacto y limpio (...)

<sup>2</sup> Este libro se pensó en su primitiva redacción para que abreviado en epítome, sirviera de texto oficial a las escuelas públicas de la Nación. Luego pareció conveniente para cuantos quisieran ampliar sus conocimientos de la Historia Patria, redactar esta versión más extensa y completa que hoy, atendiendo la continua demanda del público, tras sucesivas reediciones ampliadas vuelva a publicarse.

Jular Pérez-Alfaro e Isabel Alfonso, os quais mencionam em seu artigo o autor José Maria Pemán e seu o livro *Historia de España Contada con Sencillez*, o qual foi escrito em língua espanhola. Tendo a curiosidade despertada, consegui acesso ao documento através da *internet*, onde ele se encontra disponível gratuitamente em sua versão em PDF.

Tendo em vista que apenas consegui a versão do livro de 2009 e não a de 1939, isso afeta a pesquisa no sentido de não ter certeza de como exatamente Pemán tratou desse assunto com as crianças em seu livro didático, apenas sabemos que a versão que utilizarei é estendida em relação à anterior.

Sobre o autor, José María Pemán nasceu no ano de 1897 na cidade de Cádiz. Segundo José Castilla (1997, p. 97), em uma família tradicional e católica. Formou-se em direito e era voltado também às atividades poéticas, tendo publicado seu primeiro livro de poesias em 1923. Conforme o mesmo autor, Pemán ficou ao lado do general Primo de Rivera com o golpe que esse deu em 1923, participando da *Juventud de Unión Patriótica* e atuando como propagandista da ditadura.

Com a proclamação da segunda república, com a qual Pemán não concordava, de acordo com Castilla (1997, p. 104), criou junto de outros autores a revista *Acción Española*, a qual tinha como objetivo manter vivos os ideais da monarquia e dos valores tradicionais espanhóis. Durante a guerra civil espanhola, Pemán chegou a ser o presidente da mesma. Dessa forma, com o estourar da guerra civil espanhola ele já havia escolhido o lado dos que tentaram dar o golpe, sendo

[...] um destacado representante da direita monarquista espanhola que rapidamente aderiu ao levante militar de 1936. Pemán colocou sua arte a serviço da ditadura e contribuiu para um ativo trabalho de propaganda em favor do regime. (FERREYRA, 2018, p. 209. Tradução Nossa)<sup>3</sup>

Durante a guerra civil espanhola (1936-1939), publicou o livro *Poema de la Bestia y el Angel*, em 1938, sendo uma obra de cunho patriota e católico, onde,

Aí encontramos muitos dos argumentos típicos da retórica da Falange; é um texto cheio de excessos e antissemitismo, por isso não resiste a uma leitura minimamente crítica. É uma obra escrita *ad hoc*, onde Pemán mostra toda a sua habilidade e técnica para cobrir o vazio que costuma omitir toda obra de propaganda, utilizando neste caso de temas da tradição cristã. (PENALVA 2019. p. 180. Tradução Nossa)<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> [...] un representante conspicuo de la derecha monárquica hispana que adhirió rápidamente al alzamiento militar en 1936.88 Pemán colocó su arte al servicio de la dictadura y contribuyó con una activa labor de propaganda a favor del régimen.

<sup>4</sup> Allí encontramos muchos de los motivos propios de la retórica de la Falange; es un texto plagado de excesos y de antisemitismo, de ahí que no resista una lectura mínimamente crítica. Se trata de una obra escrita *ad hoc*, donde Pemán despliega toda su habilidad y su técnica para recubrir el vacío que suele esconder toda obra de propaganda, sirviéndose en este caso de temas propios de la tradición cristiana.

De acordo com Castilla (1997, p. 113), durante a guerra o autor foi nomeado membro da Comissão de Cultura e Educação do Conselho Nacional de Burgos e também passou a ser um membro do Conselho Nacional. Foi nesse período em que escreveu *Historia de España Contada con Sencillez*. Após isso, foi nomeado presidente da Real Academia Espanhola e ficou no cargo de 1939 a 1942, quando foi dispensado do mesmo.

Pemán, foi, portanto, um apoiador do governo de Francisco Franco e foi um importante propagandista do mesmo. Como exemplo disso, segundo Alejandra Ferreyra (2018, p. 210), temos a viagem que fez pela Argentina no ano de 1941, onde proferiu diversas conferências, onde seu intuito era falar de história, não de política diretamente, para convencê-los a apoiar a ditadura franquista.

Neste trabalho temos como objetivo analisar como Pemán se apropriou do conceito da reconquista, através do personagem Cid, para ajudar a legitimar e criar um sentimento de nacionalidade espanhola em quem lesse os livros, mais especificamente nas crianças.

Escolhemos o recorte temático do Cid, pois o mesmo foi recorrentemente utilizado ao longo da história com fins políticos, o que se deu bastante durante a ditadura franquista, e também porque a apropriação de heróis nacionais é um tema importante e necessário de ser estudado. Dessa forma, será analisado especificamente o capítulo do livro em que o autor fala sobre o Cid e sua trajetória de vida.

Assim sendo, para analisar esta fonte histórica utilizaremos da nova história cultural. A respeito dos aspectos teóricos da nova história cultural, destaco a obra de Roger Chartier (2002), que servirá de aporte teórico e metodológico dentro da vertente da história cultural. A respeito de Roger Chartier, ele é um expoente da história cultural francesa, seu livro *História Cultural: Entre Práticas e Representações* foi composto entre 1982 e 1986. Chartier buscou a história cultural a partir de uma insatisfação com a historiografia cultural da França dos anos 1960 e 1970, que incluía história serial e história das mentalidades. Para ele, “A história cultural tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 2002, p. 16-17). Foi com Chartier que se passou a pensar a história cultural tendo por base a noção de representação.

Têm-se como base da nova história cultural os conceitos de práticas e de representações, que servem para analisar os sujeitos enquanto seres culturais, que tanto recebem a cultura do meio exterior quanto a produzem. Essas representações do social seriam então “determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.” (CHARTIER, 2002, p. 17) Dessa forma, essas representações não são neutras e geram práticas sociais, bem como estão

inseridas em uma disputa de representações e conseqüentemente de práticas. Além disso, há também a noção de apropriação que “tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 2002, p. 26). Metodologicamente, a nova história cultural busca analisar as práticas, as representações, os discursos e a ideologia. Também se utilizará de uma análise qualitativa e interpretativa, com o objetivo de analisar o discurso explícito e implícito na escrita do autor.

Dessa forma, a história cultural de Chartier servirá para pensarmos o Cid como uma representação do espanhol perfeito e ideal que será apropriada por Pemán e pelo discurso franquista.

O trabalho será dividido em dois capítulos. O primeiro, no qual falaremos acerca do contexto histórico, como a guerra civil espanhola e o governo de Franco. Também abordaremos sobre a educação na Espanha nesse período, buscando assim compreender o papel do ensino de história e da educação durante a ditadura franquista.

Já no segundo capítulo teremos como objetivo analisar a fonte em si, a partir da discussão historiográfica. Também para isso será necessário realizar uma contextualização histórica do período em que Cid viveu.

# 1 O CONTEXTO HISTÓRICO

## 1.1 A república e a guerra civil espanhola

Tendo em vista os objetivos dessa pesquisa, faz-se necessário que compreendamos o contexto histórico em que a produção do livro se deu. Entretanto, para entendermos o franquismo, primeiro é preciso que estudemos o contexto político espanhol que antecederam ao nosso recorte temático.

Segundo Josep Buades (2013, p. 18), antes da segunda república, proclamada em 1931, o governo estava nas mãos de Miguel Primo de Rivera (1870 – 1930), o qual deu um golpe em setembro de 1923, sendo após isso nomeado pelo então rei da Espanha Alfonso XIII (1886 – 1941) como primeiro-ministro. “Aparentemente, Primo tomou o poder para acabar com a desordem e evitar um relatório embaraçoso elaborado por uma comissão parlamentares causassem problemas ao rei.” (PRESTON, 2010, p. 48. Tradução Nossa)<sup>5</sup>. Além disso, uma das justificativas era também uma suposta ameaça anarquista.

Seu governo durou até 1930, quando renunciou, dada a crise econômica que se abateu sobre o país. Com sua renúncia, o rei nomeou Dámaso Berenguer (1873 – 1953) como chefe do executivo espanhol, porém, assim como seu antecessor, Berenguer não conseguiu aplicar medidas que reverterem a crise econômica, sendo substituído por Juan Bautista Aznar-Cabañas (1860 – 1933) em 1931, o que também não gerou os frutos esperados pelo rei, pois

Diante do impasse político e do deterioramento das condições econômicas do país, Alfonso XIII convocou eleições municipais para o dia 12 de abril, seguindo o esquema da Constituição de 1876. Era a primeira vez que o povo era chamado às urnas em uma eleição pluripartidária desde o golpe de 1923. (BUADES, 2013, p. 12).

Mais uma vez, as coisas não ocorreram como era esperado pelo monarca, pois os republicanos ganharam a maioria dos cargos disponíveis, o que levou à renúncia de Alfonso XIII no dia 14 de abril de 1931, o que, para Paul Preston (2010, p. 50), ocorreu porque o rei apenas possuía o apoio duvidoso do exército e da guarda civil, portanto foi estimulado pelos seus assessores a abdicar, sendo assim, chegava ao seu fim a monarquia espanhola. No mesmo dia de sua abdicação ao trono, instaurava-se a segunda república espanhola, a qual ficou inicialmente sob o governo provisório de Niceto Alcalá-Zamora (1877-1949).

---

<sup>5</sup> Aparentemente, Primo tomó el poder para acabar con el desorden e impedir que un embarazoso informe preparado por una comisión parlamentaria causase problemas al Rey.

Em seguida a proclamação, “sobreviu uma onda de assaltos a jornais conservadores e de saques e incêndios em igrejas, o que causou estupor entre os integrantes da maioria católica.” (BUADES, 2013, p. 23). Isso colocou em cheque os privilégios que a Igreja possuía durante a monarquia e serviu como um dos motivos para que a Igreja ficasse ao lado dos rebeldes durante a guerra civil posterior.

Com a república, setores de esquerda estavam no poder e tinham por intuito realizar diversas reformas, o que deixou a direita espanhola extremamente insatisfeita. Entretanto, segundo Buades (2013, p. 24), a república não se daria em um cenário otimista para a economia, pois o contexto internacional afetava diretamente a conjuntura interna, como, por exemplo, a crise da bolsa de valores de 1929, a qual instabilizou a economia de todos os países, ocasionando a Grande Depressão. Na Espanha, o maior impacto foi no setor agrário,

[...] em virtude da queda nos preços dos produtos agrícolas (cuja exportação era fundamental ao equilíbrio da balança de pagamentos); da paralisia no fluxo de investimentos estrangeiros e da repatriação de capitais (com nocivas consequências para a taxa de câmbio da peseta); e, finalmente, em virtude da interrupção dos fluxos migratórios, tendo em vista que muitos países latino-americanos, o Brasil entre eles, haviam tornado mais rigorosas as normas para a admissão de imigrantes. (BUADES, 2013, p. 24).

Em junho de 1931 ocorrem as primeiras eleições da segunda república, em que membros do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) ganharam a maioria das vagas do parlamento, os quais ajudaram a construir a Constituição da república, promulgada em dezembro do mesmo ano, a qual possuía viés democrático e trabalhista.

No governo republicano inicia-se uma série de reformas sociais, com intuítos de modernizar a Espanha e torná-la um estado democrático de esquerda. Para isso, era necessário neutralizar os antirrepublicanos, como os monarquistas e a Igreja Católica. Além disso, fez-se necessário uma série de reformas, como na educação, pois

Os republicanos queriam uma educação em que imperassem os ideais do novo regime: uma educação laica, gratuita, em salas de aula mistas, tanto em relação aos sexos quanto no que diz respeito às classes sociais. Tratava-se, em suma, de formar as novas gerações de cidadãos e torná-los indivíduos críticos em relação ao *status quo*. (BUADES, 2013, p. 29).

Ademais, de acordo com Buades (2013, p. 30) os republicanos iniciaram um difícil processo de reforma agrária, pois havia grandes propriedades ao sul da Espanha, decorrentes do processo de reconquista durante a idade média, e pequenas propriedades ao norte do país. Neste contexto, a vida dos trabalhadores rurais era extremamente difícil. Durante esse processo, os grandes proprietários que tiveram suas terras improdutivas expropriadas receberam indenização do governo, o que tornou a reforma altamente custosa para os cofres

públicos, além disso, a direita conservadora e os grandes proprietários de terra eram em sua maioria contra a mesma.

Outro grupo importante eram as forças armadas, que tendiam para o conservadorismo. Existia dentro desse grupo a guarda civil, de quem os republicanos desconfiavam, por esta razão, criaram um grupo chamado guardas de assalto. Além disso, existia uma divisão no exército, os chamados “africanistas”, que possuíam maior experiência, pois lutaram na guerra do Marrocos (1920-1927), guerra em que Francisco Franco lutou, e o exército peninsular, o qual era “acomodado nas velhas tradições, impermeável a inovações táticas e mais orientado à manutenção da ordem pública.” (BUADES, 2013, p. 35). Dentre esses, eram os africanistas os que mais se mostravam contra a república.

Com todas as reformas acima citadas e o viés de esquerda do governo republicano, esses setores conservadores foram ficando cada vez mais insatisfeitos. Já em 1932 ocorre o movimento que ficou conhecido como “Sanjurada” ocasionada pela insatisfação do general Sanjuro, que era contra o Estatuto de Autonomia da Catalunha. Dessa forma,

Em pouco mais de dois anos de existência, a Segunda República tinha implantado o programa de reformas mais vasto da história espanhola, mas à custa do descontentamento das classes privilegiadas, que dominavam, direta ou indiretamente, a atividade econômica, as forças de segurança e os veículos de controle ideológico. Esse descontentamento aumentará nos anos seguintes e será uma das principais causas da ruína do projeto republicano. (BUADES, 2013, p. 41).

Ao longo da segunda república, setores da esquerda se organizam ainda mais, como os grupos anarquistas, que desconfiavam do governo republicano, e também grupos socialistas e sindicalistas. A respeito dos anarquistas, havia o grupo Confederação Nacional do Trabalho (CNT), fundado em 1910, e a Federação Anarquista Ibérica (FAI), fundada em 1927. No socialismo, havia o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e a União Geral de Trabalhadores (UGT).

Além das organizações de esquerda, vão surgir e se fortalecer organizações fascistas ou que flertavam com o fascismo, como será o caso das Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista (JONS), a qual foi fundada em 1931 por Ramiro Ledesma Ramos. Também foi fundada a Falange Espanhola (FE) por José Antonio Primo de Rivera, no ano de 1933. Em 1934, JONS e FE uniram-se em único partido, Falange Espanhola e JONS (FE-JONS).

Ao contrário do conservadorismo plutocrático da Restauração – de cartola, cassino e jogo de baralho –, o falangismo revigorava o discurso da direita modernizando a sua iconografia e dotando-o de juventude, disciplina militar e espírito de urgência. Vestidos com camisas azuis e balançando bandeiras vermelhas e pretas com o emblema dos Reis Católicos, o falangismo gerava uma sensação de romantismo e de idealismo. (BUADES, 2013, p. 49).

Cabe salientar que a Falange obteve inspiração no fascismo italiano e no nazismo alemão, porém havia algumas diferenças, como questões próprias da Espanha, por exemplo, a grande presença do catolicismo.

No ano de 1933 ocorreram eleições, na qual a maioria dos candidatos eleitos era da direita conservadora. Em 1934 ocorre uma série de revoltas, como a revolução de Astúrias, que para ser sufocada foi utilizada da ajuda do general Francisco Franco, o qual já nesta ocasião “não mostrou nenhuma consideração pela dignidade humana dos revoltados, tratados como insetos que deveriam ser esmagados para evitar que a doença revolucionária se espalhasse pelo resto do país.” (BUADES, 2013, p. 55).

Em 1936 foram feitas eleições, nas quais dessa vez a maioria que ganhou foi da esquerda, enquanto partido da Frente Popular, tendo por primeiro-ministro Manuel Azaña, o que deixou a direita extremamente descontente. Neste contexto, os setores descontentes da direita viram como necessário uma intervenção junto ao exército para darem um golpe. Como pontuado por Preston (2010, p. 53), foi a insatisfação dos membros das classes privilegiadas da sociedade com as reformas sociais promovidas pela república com o intuito de melhorar a vida dos desfavorecidos que causou a guerra civil.

A princípio, a ideia era que a tomada do poder se desse de forma rápida no dia 17 de julho de 1936, entretanto, tiveram que enfrentar os republicanos que não se renderam com facilidade, ocasionando assim a guerra civil espanhola, que durou de 1936 a 1939, quando os revoltosos terminaram de tomar a Espanha toda para si. Esse movimento ficou conhecido por “*Alzamiento Nacional*”, o qual em sua tradução literal significa “insurreição nacional” e era um título utilizado para glorificar o movimento.

Nessa guerra, os revoltosos receberam apoio militar da Itália de Mussolini, da Alemanha de Hitler e de Portugal de Salazar. Já o lado dos republicanos recebeu apoio da União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) sob comando de Josep Stalin e do México de Lázaro Cárdenas, além disso, recebeu ajuda de soldados voluntários, inclusive com a presença de brasileiros, e das brigadas internacionais, organizadas por partidos da esquerda. A respeito da Itália,

A sua influência evidenciou-se não somente nos campos de batalha, mas também no crescimento vertiginoso da Falange, fator que acelerou a fascistização do lado rebelde, que até então possuía contornos políticos pouco claros. (BUADES, 2013, p. 96).

Foi durante a guerra civil que Franco ganhou destaque, principalmente por sua atuação militar, o que o levou a chefiar o exército dos rebeldes e a ir ganhando seu espaço como chefe

maior do *Alzamiento* e do governo das áreas que foram sendo conquistadas por eles, o que se deu mediante uma decisão conjunta, sendo assim,

Em 1.º de outubro de 1936, em Burgos, foi divulgada a informação: Francisco Franco Bahamonde havia sido designado “Generalíssimo” dos exércitos nacionais e “chefe do governo do Estado espanhol”, esta última definição sujeita a múltiplas interpretações, o que Franco mais tarde usaria em proveito próprio, autoproclamando-se chefe do Estado. (BUADES, 2013, p. 123-124)

Um dos feitos dos rebeldes foi a conquista da cidade de Toledo e a libertação de Alcazár em 1936, um castelo fortificado onde um grupo de rebeldes estava sitiado. Este evento foi marcante, pois

Foi a primeira vez que apareceu o termo Cruzada para designar a luta dos combatentes sublevados. O apoio da mais alta prelatura dignificou a condição de Franco como “cavaleiro cristão”, o que lhe foi útil para reforçar o apoio dos setores conservadores europeus. (BUADES, 2013, p. 120).

Além disso, Franco ganhará o título de “*Caudillo*”. Será também sintomático que ao longo do grande período que a Espanha ficou sob seu domínio, as referências à idade média estarão sempre presentes, para legitimar os ideais do governo. A respeito deste título,

“Caudillo” era a forma castelhana castiça de traduzir os títulos Duce e Führer, que significam em suas línguas algo como “guia”, “aquele que conduz ou dirige”. A designação “Caudillo” mantinha as mesmas conotações epopeicas e medievais de seus homólogos italiano e alemão. (BUADES, 2013, p. 129).

A guerra civil chega ao seu fim no ano de 1939, quando o exército de Franco termina de dominar todo o território espanhol, dando início assim ao seu longo governo e a um período de muita opressão, censura, mortes e perseguições, sobre o qual falaremos no subtítulo a seguir.

Com o final da guerra não começou a paz, mas a “Vitória”. O dia 1º de abril, que no Brasil e nos países anglo-saxões é o dia da mentira e das pegadinhas, na Espanha de Franco foi a efeméride da vitória dos cruzados sobre os marxistas, maçons e separatistas. A ditadura que se estenderia pelo país todo após a rendição do exército republicano em Alicante duraria mais 36 anos e seria baseada na divisão dos espanhóis entre vencedores e vencidos. (BUADES, 2013, p. 305).

Essa ideia foi retirada da idade média, em relação às cruzadas contra os islâmicos para retomar Jerusalém para o domínio cristão, as quais ocorreram entre o século XI e XIII. Apesar de todas terem fracassado em sua missão, passaram a serem utilizadas como sinônimo para o que o franquismo estava realizando na guerra civil e durante o seu governo, onde os “vilões” deixaram de ser os muçulmanos e passaram a ser os comunistas, maçons, socialistas, republicanos, dentre outros. Dessa forma, como salientado por Martín Saloma (2020, p. 407), o caráter de cruzada empreendido pelos franquistas também possuía o significado de guerra santa.

Com base nisso, procurou-se buscar na idade média legitimação para o que estava sendo feito, afinal o objetivo era retomar a glória espanhola ocorrida no século XV com os reis católicos, justamente no período da reconquista e expulsão dos muçulmanos e árabes da península ibérica - mais especificamente de Al-Andalus -, outro termo e apropriação que será muito utilizado, pois também usa-se para dizer que o que está se fazendo é um processo de reconquista, porém com inimigos diferentes. Como dito pelo historiador e pesquisador da área Alejandro García Sanjuán,

[...] O discurso nacional-católico terá um dos seus pilares conceituais fundamentais na noção de Reconquista, formulada em termos da luta de libertação nacional contra o invasor estrangeiro e do restabelecimento da identidade católica natural dos espanhóis, ficando o al-Andalus reduzido à condição de mero parêntese na evolução da muito católica nação espanhola, autêntica 'anti-Espanha' cuja eliminação era requisito essencial para restaurar a unidade nacional perdida (SANJUÁN, 2020, p. 5482. Tradução nossa).<sup>6</sup>

Na próxima seção do texto, daremos continuidade do assunto falando sobre o governo de Franco.

## 1.2 O governo de Francisco Franco

O governo de Francisco Franco, período que ficou conhecido como franquismo, teve seu germen com o golpe dado em 1936 e o início da guerra civil, ficando plenamente estabelecido com o fim da mesma, em 1939, e perdurou até 1975, com a sua morte, tendo sido uma ditadura de grande extensão, pois durou 36 anos. Sendo assim,

[...] uma ditadura tão duradoura teve que incorporar mudanças para se manter, embora sempre mantivesse a fidelidade aos seus princípios fundadores: a rejeição da democracia, seu caráter ditatorial e seu conteúdo repressivo. Nesse sentido, manteve sua condição antidemocrática e excludente até o fim, mas aos poucos estabeleceu uma série de mecanismos políticos e institucionais para garantir sua continuidade. (CORBELLA, 2015, P. 171. Tradução Nossa).<sup>7</sup>

Sintomático da apropriação constante da idade média por parte dos franquistas foi o desfile da vitória, realizado no dia 19 de maio de 1939, no qual

Cento e vinte mil soldados desfilaram diante de Franco; anteriormente eles passavam por um arco triunfal em que apenas seu nome aparecia acompanhado de um "Vitor". A imprensa anunciou, primeiro, e depois glosou, esta cerimônia como o resultado

---

<sup>6</sup> [...] el discurso nacionalcatólico tendrá uno de sus pilares conceptuales fundamentales en la noción de Reconquista, formulada en términos de lucha de liberación nacional frente al invasor extranjero y de restablecimiento de la natural identidad católica de los españoles, quedando al-Andalus reducido a la condición de mero paréntesis en la evolución de la muy católica nación española, autêntica 'anti-España' cuya eliminación era requisito imprescindible para poder restaurar la perdida unidad nacional.

<sup>7</sup> [...] una dictadura de tan larga duración tuvo que incorporar cambios para mantenerse si bien conservó siempre fidelidad a sus principios fundacionales: el rechazo a la democracia, el carácter dictatorial y el contenido represivo. En este sentido mantuvo su condición antidemocrática y excluyente hasta el final pero fue estableciendo una serie de mecanismos políticos e institucionales para garantizar su continuidad.

lógico da segunda reconquista contra os inimigos da Espanha em que consistiu a guerra precedente. (TUSSELL, 2014, p. 5. Tradução Nossa)<sup>8</sup>

Como vimos anteriormente, o franquismo teve uma grande aproximação com os governos fascistas e nazistas durante a guerra, e isso se seguiu durante os primeiros anos do primeiro franquismo (1939-1959). Entretanto, dada a derrota do Eixo em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve um certo afastamento, para manter a legitimidade de seu governo frente à comunidade internacional. Além disso, Franco decide que após sua morte a monarquia seria restabelecida, e para isso deixaria escolhido um sucessor, o qual foi Juan Carlos, escolhido por Franco em 1969, e, politicamente

Promulgou-se o "*Fuero de los Españoles*" (1945), ficção jurídica que dava direitos nominais aos espanhóis e que nunca vigoraram, a Lei do Referendo Nacional (1945) como ilusão de participação política, e avançou na institucionalização do regime ao constituir a Espanha como um "reino" no qual o chefe de Estado correspondia ao "Caudilho da Espanha e da Cruzada, e Generalíssimo dos Exércitos Francisco Franco" e que tinha o poder de propor seu sucessor. (CORBELLA, 2015, p. 171-172. Tradução Nossa).<sup>9</sup>

Segundo Manel Corbella (2015, p. 172), um dos motivos para o franquismo ter durado tanto teria sido devido ao desinteresse das potências ocidentais em intervir na Espanha, principalmente dado ao começo da guerra fria e ao novo inimigo do ocidente, o comunismo, o qual também era considerado um inimigo de Franco desde a guerra civil, sendo assim, combater uma ditadura capitalista não era uma prioridade.

Com o governo de Franco, tudo que não estava relacionado à magnificência da Espanha de um suposto passado imperial grandioso dos reis católicos deveria ser rechaçado e, em último turno, erradicado, principalmente baseado na dicotomia da Igreja Católica da luta do bem contra o mal. Portanto, a república representava a perdição, e o franquismo a salvação da Espanha, um retorno à pureza antes do mal republicano, comunista, maçônico e anarquista ter invadido a gloriosa Espanha herdeira dos reis católicos e da reconquista em forma de cruzada contra o mal representado pelos muçulmanos.

Sendo assim, apesar de a guerra civil ter terminado, a luta ideológica foi constante. Isso se deu por meio de perseguições, torturas e silenciamento de qualquer um que pensasse diferente do governo, inclusive através de execuções. Herbert Southworth (2008, p. 308-309),

---

<sup>8</sup> Ciento veinte mil soldados desfilaron ante Franco; previamente pasaban por un arco triunfal en el que figuraba tan sólo su nombre acompañado de un «Victor». La prensa anunció, primero, y glosó, después, esta ceremonia como el lógico resultado de la segunda reconquista contra los enemigos de España en que había consistido el conflicto bélico precedente.

<sup>9</sup> Se promulgó el "Fuero de los Españoles" (1945) una ficción jurídica que dotaba de derechos nominales a los españoles ya que nunca fueron vigentes, la Ley de Referéndum Nacional (1945) como ilusión de participación política, y avanzó en la institucionalización del régimen al constituir España como "reino" en que la jefatura del Estado correspondía al "Caudillo de España y de la Cruzada, y Generalísimo de los Ejércitos Francisco Franco" y que tenía la facultad de proponer su sucesor.

historiador estadunidense o qual publicou a obra “*El mito de la cruzada de Franco*”, traz o dado de que após a guerra civil, entre 1939 e 1944, cerca de 192.684 pessoas foram executadas.

A luta ideológica se deu também através da educação, um campo extremamente propício para difundir a ideologia para as novas gerações. Dessa forma, a constituição de 1931 fora abolida, os sindicatos de trabalhadores foram suprimidos, assim como idiomas diferentes do espanhol foram proibidos de serem utilizados, como o catalão, o vasco e o galego.

A repressão se materializou também através da perda de emprego e o expurgo na administração do Estado de professores, professores universitários, policiais, funcionários, militares, etc, e com a penalização econômica através dos tribunais de responsabilidades políticas, implantadas desde fevereiro de 1939 (e até 1945) em todas as províncias, que se encarregaram de multar a quem havia simpatizado com a República ou não haviam participado ativamente no Movimento Nacional ou haviam mantido atitudes mornas a respeito. (CORBELLA, 2015, p. 175. Tradução Nossa).<sup>10</sup>

O poder durante o franquismo ficou dividido entre o partido político da Falange, o Exército e a Igreja,

Inclusive haviam cadeiras assinadas a cada um dos grupos integrantes da coalizão, ou “famílias”: Justiça para os carlistas, porque assumia as relações com o Vaticano; as de caráter econômico, para os monárquicos alfonsinos, porque possuíam conhecimentos técnicos e contatos com os mais altos círculos econômicos; trabalho e agricultura, para os falangistas, por seu conteúdo social, e educação e exteriores para os católicos, porque para eles a primeira questão era vital, e na segunda podiam oferecer uma imagem mais homologável. (TUSSEIL, 2014, p. 41. Tradução Nossa).<sup>11</sup>

Tudo isso se deu em prol da ideia da criação de uma Espanha única, no que pode ser chamado de nacional-catolicismo, pois a Espanha havia deixado de ser um Estado laico.

O apoio de quase todos os bispos espanhóis aos sublevados definiu a guerra como “cruzada” contra os infieis, que associava os republicanos ao mal, de dimensões religiosas, que era necessário extirpar de todas as formas. A simbiose entre catolicismo e franquismo foi um elemento de singularização da nova ditadura em relação aos seus homônimos nazista e fascista. (CORBELLA, 2015, p. 177. Tradução Nossa).<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> La represión se materializó también a través la pérdida del empleo y la depuración en la administración del Estado de maestros, profesores universitarios, policías, funcionarios, militares etc. y con la penalización económica a través de los tribunales de responsabilidades políticas, implantados desde febrero de 1939 (y hasta 1945) en todas las provincias, que se encargaban de multar a quienes habían simpatizado con la República o no habían participado activamente en el Movimiento Nacional o habían mantenido actitudes tibias al respecto

<sup>11</sup> Incluso había carteras asignadas a cada uno de los grupos integrantes de la coalición, o «familias»: Justicia, para los carlistas, porque asumía las relaciones con el Vaticano; las de carácter económico, para los monárquicos alfonsinos, porque tenían conocimientos técnicos y contactos con los más altos círculos económicos; Trabajo y Agricultura, para los falangistas, por su contenido social, y Educación y Exteriores para los católicos, porque para ellos la primera cuestión era vital y en la segunda podían ofrecer una imagen más homologable. (

<sup>12</sup> El apoyo de casi todos los obispos españoles a los sublevados definió la guerra como “cruzada” contra los infieles con lo que se asociaba a los republicanos al mal, de dimensiones religiosas, que era necesario extirpar con todos los medios. La simbiosis entre catolicismo y franquismo fue un elemento de singularización de la nueva dictadura en relación a sus homónimos nazi y fascista.

Esse apoio dos católicos também era reforçado por ações do governo, como salienta Preston (2013), ao dizer que o governo franquista estava sempre rememorando o anticlericalismo republicano, o que fazia com que alguns dos membros da Igreja fechassem os olhos para as atrocidades cometidas pela ditadura. Além disso,

Após alguns meses do fim das hostilidades, se publicou uma volumosa História da Cruzada em fascículos semanais, que glorificava o heroísmo dos vencedores e retratava os vencidos como marionetes de Moscou, como miseravelmente egoístas ou como loucos sanguinários perpetradores de atrocidades sádicas. Até a década de 1960, uma série de publicações, muitas delas voltadas para crianças, apresentavam a guerra como uma cruzada religiosa contra a barbárie comunista. (PRESTON, 2010, p. 13. Tradução Nossa)<sup>13</sup>

Culturalmente, houve uma grande censura em relação a livros e a folhetos propagandísticos, tendo sido para isso criado em 1937 a *Delegación del Estado para Prensa y Propaganda*, responsável por tirar de circulação materiais considerados inapropriados, se subdividindo posteriormente em comissões censoras, as quais

[...] deviam retirar aqueles “livros, revistas, publicações, gravuras impressas que contenham em seu texto, pôsteres ou impressos que contenham exposição de ideias dissolventes, conceitos imorais, propaganda e doutrinas marxistas”, além dos impressos que faltassem ao respeito com o exército, a pátria, a religião católica e ao significado da cruzada nacional. (GRECCO, 2017, p. 364-365. Tradução Nossa)<sup>14</sup>

De acordo com Corbella (2015, p. 183), a Espanha recebeu créditos financeiros dos Estados Unidos, o que possibilitou uma melhora da economia principalmente na década de 1960. Essa ajuda se deu com segundas intenções, pois dada a Guerra Fria, a Espanha era um lugar estratégico para que os Estados Unidos construíssem bases militares.

Com a melhora da economia e o florescimento de novas gerações que já haviam nascido durante a ditadura ou um pouco antes da mesma, a insatisfação começa a crescer na Espanha, dessa forma,

Coletivos cuja presença se incrementou nos anos 70 e aos quais se somaram profissionais (jornalistas, advogados, professores, médicos) que reclamavam melhores condições de trabalho e a liberdade para associar-se, expressar-se ou manifestar-se, enquanto a oposição antifranquista se ia mostrando capaz de articular estes movimentos, dar-lhes um conteúdo político e formular uma proposta de ruptura radical com a ditadura. O regime era incapaz de assumir as demandas. Sua única resposta, na prática, foi a repressão, enquanto as tensões entre os diversos setores do regime (católicos, falangistas, reformistas, tecnocratas, etc) se acentuavam pelo

---

<sup>13</sup> Al cabo de unos meses del cese de las hostilidades, se publicó una voluminosa Historia de la Cruzada en fascículos semanales, que glorificaba el heroísmo de los vencedores y retrataba a los vencidos como marionetas de Moscú, como miserablemente egoístas o como locos sanguinarios perpetradores de sádicas atrocidades. Hasta muy entrados los años sesenta, una sarta de publicaciones, mucha de ellas dirigidas a los niños, presentaban la guerra como una cruzada religiosa contra la barbarie comunista.

<sup>14</sup> [...] debían retirar aquellos «libros, revistas, publicaciones, grabados e impresos que contengan en su texto, láminas o estampados con exposición de ideas disolventes, conceptos inmorales, propaganda de doctrinas marxistas», además de los impresos que faltasen el respeto al ejército, a la patria, a la religión católica y al significado de la cruzada nacional.

desconcerto e as divisões ante as decisões que deviam tomar. (CORBELLA, 2015, p. 173. Tradução Nossa).<sup>15</sup>

Com a morte de Franco em 1975, assumiu o poder o rei Juan Carlos I, o qual havia sido indicado por Franco. Juan Carlos ficou no poder até 2014, quando abdicou, assumindo o trono o seu filho Filipe VI. A Espanha tornou-se então uma monarquia parlamentarista e realizou-se um processo de transição para ser mais democrática, após o fim do período da ditadura em 1975. A respeito da educação durante o franquismo, tema de suma importância para essa pesquisa, trataremos a respeito no subtítulo a seguir.

### **1.3 A educação durante o franquismo**

A educação durante o franquismo foi um dos principais enfoques de controle da ditadura, com o intuito de criar um “homem novo”, como diz Manuel Benítez (2012, p. 218). Desde a guerra civil a educação esteve em um campo de disputa entre os falangistas e a igreja católica, pois ambos queriam ter o controle da mesma, porém, como aponta Javier Tussell (2014, p. 41), a educação ficou nas mãos da Igreja Católica, com o intuito de educar os cidadãos desde a infância a honrarem os valores cristãos, bem como criar um sentimento de superioridade e de patriotismo, daí provém também a importância de analisarmos livros didáticos enquanto fontes históricas, como salientado por Capelato,

Os livros escolares têm sido, de fato, um dos grandes responsáveis pela permanência de discursos fundadores da nacionalidade. É indispensável, portanto, discutir as suas dimensões como lugar de memória e como formador de identidades, evidenciando saberes já consolidados, aceitos socialmente como as “versões autorizadas” da história da nação e reconhecidos como representativos de uma origem comum. (CAPELATO, 2009, p. 118-119).

Como apontado pela historiadora Gabriela Grecco (2017, p. 363), a partir da ordem de 29 de maio de 1937 todos os livros e folhetos deveriam passar pelo crivo de um censor, o que incluía os livros didáticos, sendo assim todos os livros deveriam estar adequados ao que o governo considerava correto. Além disso, “A lei de 22 de abril de 1938 normalizou inicialmente a censura. Esta lei, inspirada em grande medida pela legislação fascista italiana,

---

<sup>15</sup> Colectivos cuya presencia se incrementó en los 70' y a los que se sumaron profesionales (periodistas, abogados, maestros, médicos...) que reclamaban mejores condiciones de trabajo, y la libertad para asociarse, expresarse o manifestarse mientras la oposición antifranquista se iba mostrando capaz de articular estos movimientos, darles un contenido político y formular una propuesta de ruptura democrática radical con la dictadura. El régimen era incapaz de asumir las demandas. Su única respuesta, en la práctica, fue la represión, mientras las tensiones entre los diversos sectores del régimen (católicos, falangistas, reformistas, tecnócratas...) se acentuaban por el desconcierto y las divisiones ante las decisiones que había que adoptar.

estabeleceu a censura prévia de livros, jornais e todo tipo de publicações.” (GRECCO, 2017, p. 366. Tradução Nossa).<sup>16</sup>

Com a segunda república, alega-se que se perdeu a pureza espanhola, e seria através da educação, através das crianças, que essa pureza seria retomada, sendo assim,

O apelo ao patriotismo infantil era justificado pela crença de que, através da criança (que representa o futuro nesse imaginário), a inocência primeira seria restituída. Essa visão edênica aparecia acompanhada de imagens que privilegiavam a obediência, a disciplina, a ordem, o sacrifício, a união nacional e a harmonia da sociedade. (CAPELATO, 2009, p. 121).

Segundo Maria Helena Capelato (2009, p. 124), a partir de 1937 passou-se a ser obrigatório nas escolas que houvesse um quadro da Santíssima Virgem e que professores e estudantes fizessem rituais religiosos, bem como se tornou obrigatório o catecismo dentro das escolas e em todos os níveis de ensino, incluindo as universidades. Além disso, a partir de 1953 surge a disciplina chamada de “Formação do espírito nacional” (FRAGO, 2014, p. 23. Tradução Nossa)<sup>17</sup>.

Antonio Frago (2014, p. 25) divide a história da educação no franquismo em duas fases, a primeira, de 1936 a 1957, tendo sido a que teve predominância do nacional catolicismo e de aspectos totalitários. Já na segunda fase, de 1957 a 1975, Frago chama de desenvolvimentismo tecnocrático. Nesse primeiro período também houve a “depuração” das bibliotecas e dos professores, os quais muitos tiveram que se exilar durante a guerra civil ou até mesmo foram fuzilados.

Estudos sobre o assunto indicam que sanções de um tipo ou de outro atingiram aproximadamente 40% dos inspetores do ensino primário, 26% dos professores do magistério primário e 38% dos professores do ensino médio. (FRAGO 2014, p. 26. Tradução Nossa).<sup>18</sup>

A respeito da “depuração” em relação aos professores, Lozano Seijas (1995, p. 257) traz o dado de que entre 1939 e início da década de 1950, cerca de quinze mil professores foram retirados de sua profissão, seja através do exílio, desemprego, morte, dentre outros. Além disso, ao fim da guerra civil os professores para atuarem precisavam fazer um curso de orientação profissional para “saturar seu espírito com o conteúdo religioso e patriótico que informa nossa cruzada” (BENÍTEZ, 2012, p. 320-321. Tradução Nossa)<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup>La Ley de 22 de abril de 1938 normalizó inicialmente la censura. Esta ley, inspirada en gran medida por la legislación fascista en Italia, estableció la censura previa de libros, diarios y todo tipo de publicaciones.

<sup>17</sup> Formación del Espíritu Nacional.

<sup>18</sup>Los estudios sobre el particular indican que las sanciones de uno u otro tipo alcanzaron aproximadamente al 40% de los inspectores de enseñanza primaria, el 26% del magisterio primario y el 38% del profesorado de bachillerato.

<sup>19</sup> saturar su espíritu del contenido religioso y patriótico que informa nuestra cruzada.

Já no ano de 1938 é feita a *Ley de Reforma de la Segunda Enseñanza*, a qual tinha enfoque no *bachillerato*, que era a etapa educativa para adolescentes que pretendiam ingressar no ensino superior. Com essa reforma pretendia-se já fazer com que os estudantes alcançassem o ensino superior, estivessem alinhados com os ideais do franquismo e do nacional-catolicismo, como demonstra o trecho extraído da lei abaixo:

Consequentemente, a educação clássica e humanista deve ser acompanhada de conteúdos eminentemente católicos e patrióticos. O catolicismo é o cerne da história da Espanha. Por isso, é essencial uma sólida instrução religiosa que inclua desde o Catecismo, o Evangelho, a Moral, à Liturgia, a História da Igreja e uma adequada Apologética, completando esta formação espiritual com noções de Filosofia e História da Filosofia. A revalorização do que é espanhol, a extirpação definitiva do pessimismo anti-hispânico e estrangeirizante, filho da apostasia e da odiosa e mentirosa lenda negra, deve ser alcançada através do ensino da História Universal (acompanhada da Geografia), principalmente em suas relações com a Espanha. Trata-se, assim, de evidenciar a pureza moral da nacionalidade espanhola; a categoria superior, universalista do nosso espírito imperial, da Hispanidade, segundo o feliz conceito de Ramiro de Maeztu, defensor e missionário da verdadeira civilização, a cristandade. (ESPAÑA, 1938, p. 1386. Tradução Nossa).<sup>20</sup>

A partir dessa lei, como observa Benítez (2012), queria-se estar no controle desde o ensino secundário das futuras classes dirigentes da Espanha, para que assim se pudesse mudar o rumo da sociedade com base na ideologia que estava sendo imposta. Outro dos efeitos desta lei será que a partir dela a função dos professores será apenas ensinar e não avaliar, cabendo essa função ao Estado, além do estímulo a iniciativa privada na criação de centros de ensino.

Além disso, Frago salienta a *Ley de Ordenación de la Universidad Española* de 1943, a qual estabelecia uma universidade “católica, patriótica, falangista e imperial a fim de formar as futuras classes dirigentes nessa ideologia.” (FRAGO, 2014, p. 27. Tradução Nossa).<sup>21</sup> Sintomático disto é o trecho abaixo retirado da introdução desta lei

A Lei, além de reconhecer os direitos docentes da Igreja em matéria universitária, quer sobretudo que a Universidade Estatal seja católica. Todas as suas atividades devem ter como guia supremo o dogma e a moral cristã, bem como o estabelecido pelos cânones sagrados quanto ao ensino. Pela primeira vez, depois de muitos anos de laicidade na sala de aula, a cultura religiosa superior será obrigatória. Em todas as Universidades se estabelecerá o que, segundo a luminosa Encíclica de Pio XI, é essencial para uma autêntica educação: o clima de piedade que contribua, promova a

---

<sup>20</sup> Consecuentemente, la formación clásica y humanista ha de ser acompañada por un contenido eminentemente católico y patriótico. El Catolicismo es la médula de la Historia de España. Por eso es imprescindible una sólida instrucción religiosa que comprenda desde el Catecismo, el Evangelio y la Moral, hasta la Liturgia, la Historia de la Iglesia y una adecuada Apologética, completándose esta formación espiritual con nociones de Filosofía e Historia de la Filosofía. La revaloración de lo español, la definitiva extirpación del pesimismo anti-hispánico y extranjerizante, hijo de la apostasía y de la odiosa y mendaz leyenda negra, se ha de conseguir mediante la enseñanza de la Historia Universal (acompañada de la Geografía), principalmente en sus relaciones con la de España. Se trata así de poner de manifiesto la pureza moral de la nacionalidad española; la categoría superior, universalista, de nuestro espíritu imperial, de la Hispanidad, según concepto felicísimo de Ramiro de Maeztu, defensora y misionera de la verdadera civilización, que es la Cristiandad.

<sup>21</sup> una universidad católica, patriótica, falangista e imperial con el fin de formar en dicho ideario a las futuras clases dirigentes mediante el encuadramiento obligado de profesores y estudiantes en el Sindicato Español Universitario y un profesorado afecto al nuevo régimen.

formação espiritual em todos os atos da vida do aluno. (ESPAÑA, 1943, p. 7408. Tradução Nossa)<sup>22</sup>

Além do acima destacado, foi uma lei importante dentro desse contexto, pois obrigava os estudantes a participarem do *Sindicato Español Universitario* (SEU), o qual era um sindicato de ideologia falangista. Ademais, como dito no artigo 40 da lei (ESPAÑA, 1943), os reitores eram nomeados pelo governo e para estarem aptos a isso deveriam ser militantes da falange espanhola.

Como destacado por Grecco (2017, p. 375), a Igreja Católica passou a ter uma influência política e social em relação à censura, principalmente a partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Pois a partir disso a Espanha teve que se adaptar ao novo contexto internacional, embora Franco houvesse optado pela neutralidade no conflito, estava clara sua propensão pelo Eixo. Dessa forma, isso teria ajudado a criar o Nacional Catolicismo espanhol. Para isso, investiram na “desfascistização” do governo, dando ainda mais ênfase nos aspectos católicos.

Non é que o nacional-catolicismo, tendência que une a exaltação católica ao nacionalismo, não existisse desde o início da guerra civil —batizado de cruzada pelos prelados espanhóis—, mas sim que agora está se tornando o eixo da política do franquismo, tanto no interior como no exterior, pelo menos até 1959 quando, sem desaparecer, ficou em segundo plano. (BENÍTEZ, 2012, p. 323. Tradução Nossa)<sup>23</sup>.

Foi neste contexto em 1945 que José Ibáñez Martín, o qual era um membro da ação católica e ministro da educação, cargo que ocupou de 1939 a 1951, fica com o compromisso no governo da reorganização da educação sob o controle da Igreja. Sendo que

No período em que Ibáñez foi Ministro da Educação, o número de escolas e as verbas destinadas à educação diminuíram sensivelmente em relação ao período republicano. A situação apresentou melhoras entre 1951 e 1956, mas foi na terceira fase (a do desenvolvimentismo), iniciada em 1961, que a “longa noite” da escola espanhola terminou; permaneceu, no entanto, a disputa, que caracterizou todo o período franquista, entre a Igreja e o Estado pelo “domínio das consciências” através da educação. (CAPELATO, 2009, p. 126. Tradução Nossa).

O livro de José Maria Pemán a ser analisado nessa pesquisa teve sua primeira edição no ano de 1939, seis anos antes da implementação da *Ley de Enseñanza Primaria*, a qual foi

---

<sup>22</sup> La Ley, además de reconocer los derechos docentes de la Iglesia en materia universitaria, quiere ante todo que la Universidad del Estado sea católica. Todas sus actividades habrán de tener como guía suprema el dogma y la moral cristiana y lo establecido por los sagrados cánones respecto de la enseñanza. Por primera vez, después de muchos años de laicismo en las aulas, será preceptiva la cultura superior religiosa. En todas las Universidades se establecerá lo que, según la luminosa Encíclica docente de Pío XI, es imprescindible para una auténtica educación: el ambiente de piedad que contribuya a, fomentar la formación espiritual en todos los actos de la vida del estudiante. (ESPAÑA, 1943, p. 7408)

<sup>23</sup> No es que el nacionalcatolicismo, tendencia que une la exaltación católica con la nacionalista, no existiese desde el comienzo de la guerra civil —bautizada como cruzada por los prelados españoles—, sino que ahora se convierte en el eje de la política del franquismo, tanto en el interior como en el exterior, al menos hasta 1959 en que, sin desaparecer, pasa a un segundo plano.

promulgada em 17 de julho de 1945 e que foi responsável por deixar esse nível de ensino nas mãos da Igreja Católica. Isto foi estimulado pelo princípio da subsidiariedade estatal, o que fazia com que o Estado diminuísse o investimento em educação e na criação de escolas. Com essa lei surge também uma nova categoria de escola, “*las escuelas de la iglesia*”.

Através do seu artigo 14 (ESPAÑA, 1945) a lei previa uma separação por gênero do ensino, bem como um ensino diferenciado para meninas e meninos. Cabe salientar que o ensino primário ia dos quatro aos quinze anos e era separado em quatro períodos a saber: 1) período de iniciação, composto por escolas maternas, até os quatro anos; escola de “*párvulos*”, dos quatro aos seis anos; 2) período de ensino elementar, dos seis aos dez anos; 3) período de aperfeiçoamento, dos dez aos doze anos e 4) período de iniciação profissional, dos doze aos quinze anos. Sendo que era estritamente obrigatória apenas a presença do segundo e do quarto período em todas as escolas.

Em sua introdução a lei critica o ensino que se deu durante a segunda república, segundo a qual levou a uma

[...] subversão radical de valores. A legislação desse período esforçou-se ao máximo para desenraizar o sentido cristão da educação, e a Escola sofreu uma fase de influências materialistas e desnacionalizadoras que a transformaram em campo de experimentação da política mais torpe, negando o ser íntimo de nossa consciência histórica. A imagem de Cristo foi proibida nas salas de aula, enquanto a propaganda sectária preparava a incorporação da adolescência ao sombrio compromisso da revolução marxista. (ESPAÑA, 1945, p. 385-386. Tradução Nossa).<sup>24</sup>

Além disso, faz também uma ode ao ensino que se tinha anteriormente, para isso usando do recurso de exaltação de personagens da idade média, prática muito comum durante o franquismo, como demonstra o trecho da lei abaixo

[...] porque em meados da Idade Média, depois do brilhantismo imperecível das ideias pedagógicas isidorianas e da prática das nossas escolas monásticas, muitas das quais nascem nas ásperas paisagens desérticas ou nos rincões rurais, onde a gramática é ensinada ao lado do Saltério, a Espanha produziu um Teodulfo para o apogeu da escola palatina carlovíngia ou fez uma peregrinação a Lúlio com sua pedagogia missionária, seu desejo metodológico de representação gráfica e sua doutrina da escola natural, o primeiro ensaio de psicologismo. (ESPAÑA, 1945, p. 385. Tradução Nossa).<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> [...] radical subversión de valores. La legislación de este periodo puso su mayor empeño en arrancar de cuajo el sentido cristiano de la educación, y la Escuela sufrió una etapa de influencias materialistas y desnacionalizantes que la convirtieron en campo de experimentación para la más torpe política, negadora del ser íntimo de nuestra conciencia histórica. La imagen de Cristo fué prohibida en las aulas, en tanto que las propagandas sectarias preparaban la incorporación de la adolescencia al torvo empeño de la revolución marxista

<sup>25</sup> [...] porque en plena Edad Media, tras el brillo inmarcesible de las ideas pedagógicas isidorianas y la práctica de nuestras escuelas monásticas, muchas de las cuales nacieron en los rincones rurales, donde al lado del Salterio se enseñaba la Gramática, España produce a un Teodulfo para el apogeo de la escuela palatina carlovíngica o hace peregrinar a un Lúlio con su pedagogía misionera, su afán metodológico de la representación gráfica y su doctrina de la escuela natural, primer ensayo de psicologismo.

Seijas (1995, p. 260) traz o dado de que no ano de 1949, ainda no período de José Ibáñez Martín como ministro da educação, 70% dos alunos do *bachillerato* frequentavam escolas da Igreja e apenas 21% em centros nacionais, demonstrando a importância e grande domínio que essa possuía na educação durante esse período.

Após José Ibáñez Martín, fica a cargo do ministério da educação Joaquín Ruiz Giménez, o qual permanece no mesmo de 1951 a 1956. Em seguida, fica ao cargo Rubio García-Mina, até o ano de 1962. Durante o período em que Ruiz Giménez permanece enquanto ministro da educação, Benítez (2012) destaca que foi o momento de primeira abertura do regime, pois buscou uma maior flexibilização na educação, aceitando influências europeias e mais modernas.

Atenua-se o nacionalismo exaltado de outros tempos, introduzem-se critérios pedagógicos e técnicos mais modernos —é o caso dos questionários nacionais para o ensino primário de 1953—, modera-se o espírito do confessionalismo de Estado, lançam-se as bases para uma futura política de construções escolares, reduz-se significativamente o rígido autoritarismo da lei universitária de 1943 e dá-se atenção ao ensino secundário e à formação profissional [...]. (BENÍTEZ, 2012, p. 324-325. Tradução Nossa).<sup>26</sup>

Seguindo caráter acima mencionado, no ano de 1953 cria-se a *Ley de Ordenación de la Enseñanza Media*, a qual dividia o *bachillerato* da lei de 1938 em dois cursos

[...] um será o *bachillerato elemental*, com duração de quatro anos, e o outro o superior, de três, seguido de um curso preparatório que facilitará o acesso ao ensino universitário (será chamado de "curso pré-universitário"). O resultado dessa lei foi a generalização do *bachillerato elemental* e portanto da educação até os quatorze anos. (BENÍTEZ, 2012, p. 325. Tradução Nossa).<sup>27</sup>

Ademais, no ano de 1955, dada a crescente necessidade de mão de obra com um ensino mais especializado, cria-se a lei de *Formación Profesional Industrial* (BENÍTEZ, 2012, p. 325), com o intuito de promover um ensino técnico capaz de preencher as lacunas que o mercado de trabalho necessitava.

Com Manuel Lora Tamayo enquanto ministro da educação, cargo o qual ocupou de 1962 a 1968, criou-se a lei de 29 de abril de 1964, a qual segundo Benítez (2012, p. 328) tornava obrigatório o ensino até aos quatorze anos, o que foi um importante avanço educacional do período.

---

<sup>26</sup> El nacionalismo exaltado de tiempos anteriores se mitiga, se introducen criterios pedagógicos y técnicos más modernos —es el caso de los cuestionarios nacionales de la enseñanza primaria de 1953—, el espíritu del confesionalismo estatal se modera, se sientan las bases para una futura política de construcciones escolares, se rebaja notablemente el rígido autoritarismo de la ley universitaria de 1943 y se atiende a la enseñanza secundaria y a la formación profesional [...].

<sup>27</sup> [...] uno será el *bachillerato elemental*, de cuatro años de duración, y otro el superior, de tres, seguido éste de un curso preparatorio que facilitará el acceso a la enseñanza universitaria (se le denominará «curso preuniversitario»). Fruto de esta ley fue la generalización escolar del *bachillerato elemental* y, por tanto, de la enseñanza hasta los catorce años.

Nas décadas de 1960-1970 começam a surgir manifestações de descontentamento dos estudantes, primeiro nas universidades e depois se espalhando para o ensino primário e secundário, seja por meio de manifestações e/ou greves. Tendo em vista isso, no ano de 1970 criou-se a *Ley General de Educación*, que tratava da educação no geral, em todos os seus níveis. “A lei foi, sem dúvida, obra de uma equipe de tecnocratas liderados, neste caso, por Díez Hochleitner, um especialista em planejamento e reformas educacionais ao nível internacional” (FRAGO, 2014, p. 29. Tradução Nossa)<sup>28</sup>. Quando dessa lei, era ministro da educação José Luis Villar Palasí, o qual ocupou este cargo de 1968 a 1973.

Esta lei previa um ensino obrigatório e gratuito para todos os espanhóis, com oito anos de duração no mínimo. Representou um avanço educacional em relação às leis anteriores, pois propiciava maiores oportunidades para os estudantes. Também nota-se uma diferença no sentido de que ao longo da lei fala-se muito menos em valores cristãos e na Igreja, o que não ocorria anteriormente. Demonstrativo disso é o exposto abaixo:

Entre os objetivos propostos por esta Lei, destacam-se os seguintes: Fazer com que toda a população espanhola participe da educação, pautando sua orientação pelas mais genuínas e tradicionais virtudes patrióticas; formação geral completa com uma preparação profissional que permita a incorporação frutuosa do indivíduo na vida profissional; oferecer a todos oportunidades educacionais iguais, sem limitações além da capacidade de estudar; estabelecer um sistema educativo que se caracterize pela sua unidade, flexibilidade e inter-relações, ao mesmo tempo que proporcione um amplo leque de possibilidades de formação permanente e uma estreita relação com as necessidades impostas pela dinâmica da evolução econômica e social do país. Em última análise, trata-se de construir um sistema educacional permanente não concebido como uma triagem seletiva de alunos, mas capaz de desenvolver ao máximo a capacidade de cada um dos espanhóis. (ESPAÑA, 1970, p. 2. Tradução Nossa).<sup>29</sup>

Segundo Frago (2014) esta lei sofreu uma ampla oposição, vinda principalmente da Igreja, pois a lei tornava a educação um assunto público com responsabilidade do Estado, e também da extrema-direita, que “[...] considerou que a lei introduziu o materialismo laico e ateu no sistema educacional sob os ditames da lei” (FRAGO, 2014, p 29. Tradução Nossa)<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> La ley fue, sin duda, obra de un equipo de tecnócratas liderados, en este caso, por un experto, Díez Hochleitner, en planificación y reformas educativas a nivel internacional.

<sup>29</sup> Entre los objetivos que se propone la presente Ley son de especial relieve los siguientes: Hacer participe de la educación a toda la población española, basando su orientación en las más genuinas y tradicionales virtudes patrias; completar la educación general con una preparación profesional que capacite para la incorporación fecunda del individuo a la vida del trabajo; ofrecer a todos la igualdad de oportunidades educativas, sin más limitaciones que la de la capacidad para el estudio; establecer un sistema educativo que se caracterice por su unidad, flexibilidad e interrelaciones, al tiempo que se facilita una amplia gama de posibilidades de educación permanente y una estrecha relación con las necesidades que plantea la dinámica de la evolución económica y social del país. Se trata, en última instancia, de construir un sistema educativo permanente no concebido como criba selectiva de los alumnos, sino capaz de desarrollar hasta el máximo la capacidad de todos y cada uno de los españoles.

<sup>30</sup> [...] consideraba que la ley introducía el materialismo laico y ateo en el sistema educativo bajo los dictados.

Mais especificamente sobre o ensino de história durante o franquismo, Rafael Valls (1986) aborda como a história foi tratada, dividindo-a em três grandes períodos históricos. O primeiro período seria desde a pré-história até o século XV, com os Reis Católicos. O período anterior ao século XV é tratado como uma preparação para esse período de grandiosidade. Já o segundo período vai do século XV ao XVII, sendo esse considerado o período de ouro da Espanha, pois exaltava-se os ideais do catolicismo, do império e da hispanidade.

A época dos Reis Católicos é considerada, nos manuais analisados, como a criadora dessa época louvada. Eles são os criadores da unidade "territorial" (conquista de Granada e anexação de Navarra), "nacional" (união das coroas de Castela e Aragão) e "religiosa", que é a "base da unidade territorial e da unidade política" (VALLS, 1986, p. 232. Tradução Nossa).<sup>31</sup>

Já o terceiro período, para Valls (1986, p. 230), vai do século XVIII ao século XX e seria o período de desmoralização da Espanha, em que deixaram de lado os valores da fé cristã e da unidade imperial. Seria, portanto, com Francisco Franco em 1936 que se começaria a resgatar os valores da idade de ouro da Espanha, do segundo período acima mencionado.

Podemos observar isso no livro de Pemán (1950[2009]) através do próprio sumário do mesmo. Por exemplo, o capítulo I intitula-se “Os homens primitivos de Espanha”<sup>32</sup>, iniciando assim o livro falando dos primórdios da Espanha, desde sua pré-história. Após isso o livro vai até o capítulo XV, “Castilha até Isabel de Aragão até Fernando”<sup>33</sup>, falando do período que precedeu aos reis católicos, finalizando o primeiro período tratado por Valls (1986, p. 230).

Após isso, a partir do capítulo XVI, “Uma corte desgraçada e um casamento feliz”<sup>34</sup> inicia-se o segundo período, o dos reis católicos e do “esplendor” da Espanha, focando-se no império e sua expansão e no catolicismo. Sobre esse período se fala até o capítulo XXV, “Felipe III, Felipe IV e Carlos III”<sup>35</sup>. A partir daí entra-se no terceiro período, o de decadência espanhola, como abordado por Valls (1986). Para este período há poucos capítulos, até o capítulo XXXIII. Por fim, há um capítulo de finalização, onde se busca retomar a grandiosidade espanhola dos reis católicos, intitulado “O Movimento Nacional”<sup>36</sup>, em referência a guerra civil e a Francisco Franco.

---

<sup>31</sup> La época de los Reyes Católicos es considerada, en los manuales analizados, como la originadora de esta época ensalzada. Son ellos los creadores de la unidad “territorial” (conquista de Granada y anexión de Navarra), “nacional” (unión de las coronas de Castilla y Aragón) y “religiosa” que es la “base de la unidad territorial y de la unidad política”.

<sup>32</sup> Los hombres primitivos de España.

<sup>33</sup> Castilla hasta Isabel y Aragón hasta Fernando.

<sup>34</sup> Una corte desgraciada y una boda feliz.

<sup>35</sup> Felipe III, Felipe IV y Carlos III.

<sup>36</sup> El Movimiento Nacional.

Discutido o contexto educacional geral durante o franquismo e também durante o período em que Pemán primeiramente publicou a sua obra, passaremos agora para o capítulo dois, em que analisaremos o livro de Pemán e seu capítulo sobre o personagem Cid.

## **2 LA HISTORIA DE ESPANHA CONTADA CON SENCILLEZ**

### **2.1 Um breve contexto**

Primeiramente, antes de iniciarmos a análise do capítulo sobre o Cid do livro de Pemán, precisamos compreender brevemente o processo que levou à conquista do Islã da península ibérica, território que ficou conhecido como Al-Andalus, ou Andaluzia.

No momento da chegada de muçulmanos, árabes e berberes na península ibérica no ano de 711, estava no poder a dinastia dos omíadas, com o califa al-Walid I. Já na Espanha estava no poder o rei Rodrigo, o qual foi o último rei dos visigodos. Antes dele estava no trono o rei Witiza. Segundo Eduardo Manzano (2006, p. 32), Rodrigo tomou o poder para si em 710, tornando-se o novo rei. Já o rei anterior, Witiza, fora morto, e seus filhos para tentar voltar ao poder fizeram um pacto com Musa Ibn Nusayr, para que os ajudassem a tirar o usurpador rei Rodrigo do poder. Musa Ibn Nusayr era o governador árabe do norte da África e responsável pela expansão do Islã nesta região.

Quando, no ano de 711, o exército árabe desembarcou na Hispânia, com um número que não poderia ultrapassar os oito mil homens e uma composição que, juntamente com uma pequena percentagem de árabes, incluía um número considerável de berberes, a única batalha campal de importância que este contingente teve de combater foi a famosa batalha de Guadelete na qual provavelmente pereceu o rei Rodrigo. (MANZANO, 2006, p. 33-34. Tradução Nossa).<sup>37</sup>

Núñez (2011) nos traz que há duas interpretações ao longo da história que tentaram explicar a conquista muçulmana da *hispania*. Segundo a autora, as fontes latinas e cristãs vão dizer que foi a crise interna do reino visigodo que possibilitou essa conquista, retirando assim o protagonismo dos conquistadores. Essa ideia teria sido também amplamente utilizada pelos nacionalistas no século XIX e no século XX, os quais

[...] minimizavam o impacto da conquista e considerou al-Andalus, com sua religião muçulmana e língua árabe, como um obstáculo ou lacuna na continuidade de uma essência nacional espanhola definida por critérios de religião, língua e raça

---

<sup>37</sup> Cuando en el año 711 el ejército árabe desembarcó en Hispania, con un número que no debía de superar los ocho mil hombres y una composición en la que junto a un reducido porcentaje de árabes se integraba un considerable número de bereberes, la única batalla campal de importancia que este contingente tuvo que librar fue la célebre de Guadelete en la que probablemente pereció el rey Rodrigo.

(cristianismo, latim, hispânico) e cujas raízes remontam à Antiguidade e à sua recuperação definitiva dos Reis Católicos. Para essa tendência, a conquista muçulmana —explicada apenas por causas internas: a crise econômica e social do Reino visigótico— foi uma espécie de acaso histórico, um silogismo da história, que estabeleceu o domínio árabe-muçulmano sobre um país profundamente latino e cristão, cuja natureza não foi modificada pela ocupação estrangeira. O domínio árabe-muçulmano era uma espécie de verniz superficial que nunca arabizou ou islamizou totalmente as estruturas "ocidentais" da Espanha medieval. (NUÑEZ, 2011, p. 30. Tradução Nossa).<sup>38</sup>

Já a segunda interpretação, segundo María Antonia Nuñez (2011, p. 30) é baseada em fontes árabes e considera outros aspectos externos a crise interna visigoda, como o expansionismo árabe que estava ocorrendo no norte da África e em outras áreas, que possuía como intuito conseguir novos territórios que pagassem tributos para eles, o que aumentou sob o comando do califa al-Walid I.

A respeito do termo Reconquista, muito utilizado durante o franquismo e no livro de Pemán, é necessário compreender sua historicidade. Segundo Saloma (2005, p. 404), antes desse termo ser utilizado para se referir a esse processo histórico, o conceito utilizado era o de Restauração, empregado durante a idade média para se referir ao período de 711 a 1492, ou seja, esse período acabaria apenas com a finalização do processo de expulsão dos muçulmanos da península. Além disso, dentro da ideia de restauração se buscava a busca pela liberdade, e não apenas a busca de retomar o território perdido.

Como trazido pela mesma pesquisadora, o primeiro autor a usar o conceito de reconquista foi José Ortiz y Sanz (1739-1822), o qual utiliza essa expressão em seu livro *Compendio cronológico de la historia de España*, publicado pela primeira vez no ano de 1795. Entretanto, de acordo com Saloma (2005, p. 407) a ideia de uma nacionalidade espanhola durante os primeiros momentos da conquista muçulmana da Península Ibérica já ia ganhando espaço desde o século XVII.

Apesar de ter surgido no século XVIII, Saloma enfatiza que foi ao longo do século XIX que o termo ganhou o significado já discutido anteriormente. Isso se deu devido ao surgimento e necessidade de criação de um nacionalismo espanhol, além de outros fatores, como a

---

<sup>38</sup> [...] minimizaba el impacto de la conquista y consideraba al-Andalus, con religión musulmana y lengua árabe, como un obstáculo o un hiato en la continuidad de una esencia nacional española definida por criterios de religión, lengua y raza (cristianismo, latinidad, hispanos) y cuyas raíces hacían remontar a la Antigüedad y su recuperación definitiva a partir de los Reyes Católicos. Para esta tendencia, la conquista musulmana —explicada sólo por causas internas: la crisis económica y social del Reino visigodo— fue una especie de azar histórico, un silogismo de la historia, que implantó un dominio arabomusulmán sobre un país profundamente latino y cristiano, cuya naturaleza no fue modificada por la ocupación extranjera. El dominio arabomusulmán fue una especie de barniz superficial que nunca llegó a arabizar ni a islamizar las estructuras «occidentales» de la España medieval.

[...] consolidação da burguesia liberal, construção da identidade do Estado-nação a partir da história nacional, necessidade de distinguir historicamente os espanhóis das nações estrangeiras - distinção feita pela vitória sobre os muçulmanos, patrimônio exclusivo dos espanhóis - e sobrevivência do trauma causado pela invasão napoleônica, sem esquecer as correntes românticas e nacionalistas que permearam a historiografia de meados do século XIX. (SALOMA, 2005, p. 414. Tradução Nossa)<sup>39</sup>.

Quanto à obra de Pemán, ao longo de todo o livro, a palavra “reconquista” é mencionada sessenta vezes, e possui oito capítulos em que tem esse processo como um enfoque principal. Já a palavra cruzada é citada quarenta e cinco vezes.

Em uma dessas menções, Pemán descreve a sua definição de reconquista:

A partir destes pontos começaram, dois anos após a entrada dos mouros, os primeiros esforços para **regressar a ganhar a Espanha tão desastrosamente perdida. Isto é o que se chama a reconquista.** E a partir de agora vamos chamar aos homens que vão empreender esta empreitada e levá-la a cabo durante oito séculos, simplesmente espanhóis, pois os godos e hispano-romanos refugiaram-se naquelas montanhas do norte de Espanha, confrontados com o perigo comum e o inimigo em comum, se unindo fortemente, desaparecendo todos os vestígios da antiga divisão das raças. (PEMÁN, 2009, p. 89. Tradução nossa, grifos nossos).<sup>40</sup>

Percebe-se através desse trecho e da definição de reconquista utilizada pelo autor, que o mesmo busca nesse período a ideia de Espanha e também a ideia de união e unidade nacional, mesmo de pessoas com “raças” distintas, para lutarem contra o inimigo externo. Interessante a ser observado sobre isso é que quando Pemán escreveu esse livro, em 1939, em fins da guerra civil, os maiores inimigos do franquismo eram internos, por parte de quem não concordava com o governo, logo, eram vistos como “externos”, pois não representavam aquilo que consideravam o “ser espanhol”.

O prólogo da obra foi escrito por Luis Suárez Fernández (nascido em 1924), o qual é um historiador espanhol que pactuava com as ideologias franquistas, tendo trabalhado no governo de Franco atuando na educação. Segue-se abaixo um trecho do mesmo:

E então se dispôs a colocar os jovens — os mais jovens, em seu despertar adolescente — diante daquele outro eu do qual foram chamados a fazer parte: a Espanha. Não é um espaço geográfico, ainda que a ele se refira, mas sim uma maneira de ser, um conjunto de valores que se foram construindo ao longo dos tempos, e um patrimônio de onde tiveram de partir as gerações vindouras porque foi dali que partiram, foram chamados a construir o futuro... Não se tratava, portanto, de desenvolver uma consciência histórica objetiva, como deveriam fazer os sábios historiadores, mas,

---

<sup>39</sup> [...] consolidación de la burguesía liberal, construcción de la identidad del Estadonación con base en la historia nacional, necesidad de distinguir históricamente a los españoles de las naciones extranjeras -esta distinción se hace a través de la victoria sobre los musulmanes, patrimonio exclusivo de los españoles- y pervivencia del trauma provocado por la invasión napoleónica, sin olvidar las corrientes romántica y nacionalista que impregnaron la historiografía de mediados del siglo XIX.

<sup>40</sup> De estos puntos arrancan, a los dos años de la entrada de los moros, los primeros esfuerzos para volver a ganar la España tan desastrosamente perdida. Eso es lo que se llama la reconquista. Y ya desde ahora llamaremos a los hombres que van a acometer esta empresa y llevarla a cabo durante ocho siglos, sencillamente españoles, pues los godos y españoles-romanos refugiados en aquellos montes del norte de España, ante el peligro común y el común enemigo, pronto se unieron apretadamente, desapareciendo toda huella de la antigua división de razas.

como recomendava seu contemporâneo Huizinga, de "dar conta de seu passado". (FERNÁNDEZ in PEMÁN, 2009, p. 7-8. Tradução Nossa)<sup>41</sup>

É uma passagem que demonstra o intuito inicial do livro, de ser voltado para a educação escolar e de ajudar as crianças e adolescentes a aproximarem-se de um sentimento patriótico, além de fazer uma exaltação pessoal a Pemán ao longo do prólogo, como podemos ver em seguida:

Para qualquer um dos membros da minha geração, o nome de José María Pemán desperta uma profunda evocação e elevado respeito. [...] Pemán era três coisas fundamentais ao mesmo tempo: cristão, espanhol e monárquico, nessa ordem. E tentou, num esforço supremo, colocar a sua pena acadêmica, uma das melhores, ao serviço de um gesto de amor que, despertando sentimentos, lhe permitisse superar tantas amarguras e dores. (FERNÁNDEZ in PEMÁN, 2009, p. 7. Tradução Nossa)<sup>42</sup>

Também ao fim do prólogo é feito mais um elogio à Pemán:

Mas não devemos esquecer que Don José María é muito superior às suas próprias obras, viveu até o final sonhando que o Anjo seria capaz de derrotar a Besta. E assim ele procedeu como um grande mestre. Daí a importância deste livro, especialmente rico em seus valores morais. (FERNÁNDEZ in PEMÁN, 2009, p. 11. Tradução Nossa)<sup>43</sup>

No subtítulo a seguir trataremos acerca do personagem do Cid Campeador, muito falado por Pemán em seu livro.

## 2.2 El Cid Campeador em Pemán e o nacionalismo franquista

Pemán era um apoiador da ditadura franquista e foi um intelectual de renome do seu governo, dessa forma, não é indiferente ele ter escrito um livro didático acerca da história da Espanha, o qual possui uma representação do passado e do Cid que servia para auxiliar na criação de um sentimento patriótico nos leitores.

No geral, Pemán representa o Cid como valente, honroso, leal e justo, como um cristão moderado e de respeito. A ele é dedicado o capítulo XI, intitulado “*El Cid Campeador*”, ao longo do mesmo há vários subtítulos, que tratam desde seu nascimento, suas

---

<sup>41</sup> Y entonces se dispuso a poner a los jóvenes —los más jóvenes, en su despertar de adolescencia— ante ese otro yo del que estaban llamados a formar parte: España. No es un espacio geográfico aunque a él nos refiramos, sino una manera de ser, un conjunto de valores que se han construido a lo largo del tiempo, y un patrimonio del que las futuras generaciones tenían que partir pues desde él estaban llamadas a construir el futuro... No se trataba, pues, de elaborar una conciencia histórica objetiva, como deben hacer los sabios historiadores, sino como recomendará Huizinga, de “rendir cuentas de su pasado”.

<sup>42</sup> Para cualquiera de los miembros de mi generación, el nombre de José María Pemán despierta una profunda evocación y un alto respeto. [...] Pemán era tres cosas fundamentales a un tiempo: cristiano, español y monárquico, por este orden. E intentaba, en un esfuerzo supremo, poner su pluma de académico, uno de los mejores, al servicio de un gesto de amor que, despertando sentimientos, permitiera superar tantas amarguras y dolores.

<sup>43</sup> Pero no debemos olvidar que don José María es muy superior a sus propias obras. Vivió hasta el fin soñando que el Angel sería capaz de vencer a la Bestia. Y de este modo procedió como un gran maestro. De ahí la importancia que reviste este libro, especialmente rico en sus valores morales.

conquistas e sua morte, demonstrando também dessa forma a importância que esse personagem possuía na visão de história do autor, já que ocupa diversas páginas de seu livro.

Segundo Javier Pérez (2010), era desejado que ocorresse uma mitificação do Franco, e para isso utilizaram-se conscientemente de personagens históricos, tendo o Cid sido um dos mais utilizados para isso.

Seu nome real era Rodrigo Díaz de Vivar, o qual ficou conhecido como O Cid Campeador, nasceu no ano de 1048 “a poucos quilômetros da cidade de Burgos”<sup>44</sup> (HERRANZ, 2006, p. 111), na aldeia de Vivar, e faleceu no ano de 1099. Inclusive, A vila de Vivar ainda existe e chama-se “*Vivar del Cid*”, em homenagem ao mesmo. Sobre sua família, Pérez (2010, p. 162) diz que era aristocrática e tinha amizade e confiança com o rei Fernando I, tendo por isso o Cid sido criado com proximidade aos futuros reis, Sancho II e Alfonso VI.

Acerca da terra onde o Cid nasceu, Pemán fala que

Aquele bom senhor, Rodrigo Díaz, que ali nasceu, era como aquela mesma terra: sério, quieto, talentoso, sem grandes aparências e ruídos. Sua colheita não era uma colheita vistosa de flores. Era a colheita do trigo. Colheita de grandes feitos e sábias lições (PEMÁN, 2009, p. 125. Tradução Nossa)<sup>45</sup>

Faz-se assim uma relação de seu lugar de nascimento com sua personalidade, já exaltando características consideradas positivas pelo ideal franquista do que seria o espanhol exemplar.

Além disso, segundo Pérez (2010, p. 165), Burgos se tornou uma cidade muito importante para Franco, pois foi a primeira capital dos territórios controlados pelos rebeldes, o que fez com que Franco se interessasse por sua história, e em consequência pela história do Cid, e fizesse uma série de investimentos e visitas à mesma. No ano de 1943, comemorou-se o milênio de Castilha e nessa ocasião o Franco aproveitou para tentar se desconectar dos ideais fascistas, para isso usando do discurso de buscar uma Espanha melhor com base nas glórias da idade média. Ademais, no ano de 1961 realizou-se um desfile na cidade em comemoração ao vigésimo quinto aniversário do governo de Franco.

Como trazido por Patrick Geary (2002), a criação dos nacionalismos se deu a partir do século XVIII, com mais ênfase no século XIX, e para se buscar as origens dos Estados Nacionais os pesquisadores voltaram-se para a idade média, buscando nesse período o início das histórias dos estados-nação. Entretanto,

---

<sup>44</sup> a escasos kilómetros de la ciudad de Burgos.

<sup>45</sup> Aquel buen caballero, Rodrigo Díaz, que allí nació, fue como esa misma tierra: serio, callado, talentoso, sin grandes apariencias y ruidos. Su cosecha no fue vistosa cosecha de flores. Fue cosecha de trigo. Cosecha de grandes hechos y de sabias lecciones p. 125

Mesmo que as formas específicas de Estados-nações de base étnica dos dias de hoje tenham de fato sido geradas pela imaginação de românticos e nacionalistas do século XIX, isso não significa que outras formas de nações imaginadas não tenham existido no passado - formas tão poderosas como as do mundo moderno, mesmo que muito diferentes. Acadêmicos, políticos e poetas do século XIX não inventaram o passado do nada. Eles se basearam em tradições, fontes escritas, lendas e crenças pré-existentes, mesmo que as tenham usado de novas maneiras para forjar unidade ou autonomia política. (GEARY, 2002, p. 23)

Ao longo de toda a idade média e idade moderna se fizeram apropriações acerca deste personagem, que se tornou icônico na história espanhola. O primeiro livro acerca do mesmo chamava-se *El Cantar de Mio Cid*, o qual era uma coletânea de poemas orais feitos durante a idade média, não se sabendo quem foram os autores originais do mesmo nem a data exata. Como trazido por Salustiano Velayos (2003, p. 372), o *El Cantar...* tratava mais da parte em que Cid já era adulto, a partir do desterro que sofreu por Alfonso VI em 1081.

O *El Cantar* tornou-se ainda mais popular com a organização e publicação que Ramón Menéndez Pidal (1869 - 1968) fez do livro em fins do século XIX. Livro esse em que como dito por Eduardo Rico (2005, p. 237) “[...] há uma versão idealizada do personagem: guerreiro invencível, pai e marido perfeito, atencioso com seus homens e respeitoso com o inimigo...”<sup>46</sup>.

Pidal era formado em história, doutor em filosofia e letras e foi um dos principais filólogos do século XX. Fundou a Revista de Filologia Espanhola. Pidal chegou a receber o título de doutor “*honoris causa*” pela Universidade do Brasil.

De acordo com as preocupações dominantes na "Europa das nações", interessou-se pelo estudo documentado das "origens" da nação espanhola (e da língua e literatura espanholas), o que o levou a fazer da Idade Média o momento privilegiado de seus estudos. (CATALÁN)<sup>47</sup>

Foi a partir do seu interesse pela idade média que realizou a tradução mais famosa da *Canção de Mio Cid*, além de muitos outros livros que publicou ao longo dos seus noventa e nove anos de vida.

Segundo Armando Castro (2008), Menéndez Pidal enfrentou dificuldades com o regime franquista, porém ainda assim sua obra e visão tradicionalista da história será muito utilizada pelo regime, principalmente no que concerne ao Cid, pois

Com efeito, só porque a aproximação das ideias pidalianas que motivam as ações do Cid, sobretudo o seu patriotismo e fidelidade ao rei, se produz no mesmo sentido de unidade nacional, fomentado pelo lado vencedor, é que ele conseguiu efetivamente transferi-la ao seu aparato de propaganda. Ou o que é o mesmo: a defesa que Menéndez Pidal faz do Cid como herói nacional contribuiu, embora não fosse essa a

---

<sup>46</sup> En el Cantar de Mio Cid se da una versión idealizada del personaje: invencible guerrero, perfecto padre y marido, atento con sus hombres y respetuoso con el enemigo...

<sup>47</sup> Conforme a preocupaciones dominantes en la “Europa de las naciones”, se interesó por el estudio documentado de los “orígenes” de la nación española (y de la lengua y la literatura españolas), lo cual le llevó a hacer de la Edad Media la época privilegiada en sus estudios.

sua intenção original, para alimentar a necessidade de um caudillo militar que devolvesse à Espanha a unidade do destino histórico e imperial. (CASTRO, 2008, p. 458 Tradução Nossa)<sup>48</sup>

Importante salientar que até os dias atuais existem discussões acerca da figura do Cid, pois nesse caso literatura e história se confundem e apesar de haver diversas fontes escritas acerca do mesmo não é possível haver muitas certezas sobre sua vida, algo que em seu livro Pemán discordava, como pode ser observado no trecho abaixo:

Felizmente, em nossos tempos, a história séria e honesta, mantendo-se a igual distância do sonho dos poetas e da frieza dos sábios, abriu as sete chaves e esclareceu toda a verdade de sua vida. E dessa verdade surgiu um Cid maior e mais extraordinário do que todos os anteriores. Como bom castelhano que era, tinha de ser encontrado ali: no justo meio. A seriedade honesta era a norma de sua vida... (PEMÁN, 2009, p. 126. Tradução Nossa)<sup>49</sup>

Percebe-se através desse parágrafo que Pemán estava tentando dar legitimidade ao que estava escrevendo sobre o Cid, como se em seu livro estivesse condensada a história verdadeira acerca do mesmo. E também como já ocorrido anteriormente faz uma exaltação dos valores do personagem e de sua vida, o representando assim como um castelhano exemplar.

Além disso, deve-se considerar que desde os primeiros escritos acerca do personagem Cid já havia um viés de apropriação por parte dos autores, baseado em interesses pessoais, coletivos e no contexto sócio-político em que se vivia, assim como ocorreu nos escritos de Pemán, pois a escrita sempre possui um propósito.

Como a maioria dos estudiosos dizem e repetem hoje, o poeta épico elaborou um modelo explicativo de seu próprio mundo e ofereceu uma interpretação política e ideológica do passado com base em seus interesses ideológicos e políticos pessoais, para os quais eles não estavam nem um pouco preocupados em manipular, mais ou menos descaradamente, os fatos históricos através do uso e mistura de materiais verdadeiros e fictícios. (VELAYOS, 2003, p. 377. Tradução Nossa).<sup>50</sup>

Dando seguimento, Pemán fala que o Cid sabia ler e escrever, algo que não era comum em sua época. Retira-o assim do patamar da rudeza e da ignorância. Após isso, fala que “Desde já, como veremos, sua glória não está apenas em seus atos de armas, mas nas

---

<sup>48</sup> En efecto, sólo porque la aproximación de las ideas pidalianas que motivan la actuación del Cid, especialmente su patriotismo y fidelidad al rey, se produce en el mismo sentido de la unidad nacional, propiciada por el bando vencedor, pudo éste traspasarla eficazmente a su aparato de propaganda. . O lo que es lo mismo: la defensa que Menéndez Pidal hace del Cid como héroe nacional contribuyó, aunque ésta no fuera su intención primitiva, a alimentar la necesidad de un caudillo militar que devolviese a España la unidad de destino histórico e imperial.

<sup>49</sup> Afortunadamente, en nuestros tiempos, la Historia seria y honrada, manteniéndose a igual distancia del sueño de los poetas y de la frialdad de los sabios, ha abierto las siete llaves y ha aclarado toda la verdad de su vida. Y de esa verdad ha salido un Cid más grande y extraordinario que todos los anteriores. Como buen castellano que era, ahí había que encontrarlo: en el justo medio. La seriedad honrada fue la norma de su vida...

<sup>50</sup> Como dicen y repiten hoy la mayor parte de los estudiosos, el poeta épico elaboraba un modelo explicativo de su propio mundo y ofrecía una interpretación política e ideológica del pasado en función de sus personales intereses ideológicos y políticos por lo que no le preocupaba en absoluto manipular, más o menos descaradamente, los hechos históricos mediante la utilización y la mezcla de materiales verídicos y ficticios.

ideias claras que teve sobre as necessidades da Espanha e o caminho a seguir para sua grandeza e crescimento.”. (PEMÁN, 2009, p. 127 Tradução Nossa).<sup>51</sup>

Após isso, o autor conta a história de Cid, dizendo que ele era o alférez do rei Sancho de Castela, o qual entrou em embate com seu irmão Alfonso VI pelo poder, em batalhas nas quais o Cid lutou ao lado de Sancho. Nessa disputa, Alfonso VI ganha e seu irmão é morto. Segundo Joseph O’Callaghan (1975, p. 200), foi Urraca, irmã de ambos, quem conspirou junto de Alfonso para o assassinato de Sancho, e como o mesmo não havia deixado herdeiros, Alfonso aproveitou-se desta oportunidade para chegar ao trono.

Pemán falou então acerca da jura de *Santa Gadea*, a qual é uma lenda que dizia que no dia da coroação de Alfonso VI o Cid o fez jurar que não havia participado da morte do próprio irmão. Sobre isso Pemán concorda que era uma lenda, que serviria para demonstrar a desconfiança entre ambos. A seguir o Cid teria retornado a viver em Vivar, onde fazia cumprir as leis.

O Cid era lento e prudente, mas seguro. Representa aquela parte que Castilha coloca no espírito espanhol: talvez menos brilhante que a vivacidade do Levante ou o engenho do sul, mas que nos dá, junto com tudo isso, alguns grãos daquela seriedade e bom senso que tantas vezes são admirados em outros povos, como os alemães ou os ingleses. (PEMÁN, 2009, p. 130. Tradução Nossa).<sup>52</sup>

Interessante a se pensar sobre a citação acima é que Pemán utiliza como exemplo características que ele considera positivas buscando como referência outros povos, como os ingleses, e não nos próprios espanhóis, talvez na visão dele, carentes de qualidades, o que denota a criação de um nacionalismo que busca em outros as características tidas como essenciais. Cabe também levarmos em consideração que o nacionalismo franquista possuía características próprias, como ser altamente conservador e católico.

Pemán (2009, p. 130) também descreve o casamento de Cid com Jimena por influência do rei Alfonso VI e o desgosto que houve entre os dois com que fez com que ele fosse desterrado do reino no ano de 1081, porém, “O Cid, respeitoso e obediente, beijou a mão do rei e preparou-se para sair pelas estradas em busca do seu pão e da sua glória.” (PEMÁN, 2009, p. 131. Tradução Nossa)<sup>53</sup>. Nesta frase é possível ver mais uma vez uma ode a características que eram consideradas boas, como a obediência, algo que era valorizado no franquismo, dado o caráter ditatorial do governo. A busca pela obediência se dava também

---

<sup>51</sup> Desde luego, como veremos, su gloria no está únicamente en sus hechos de armas, sino sobre las ideas claras que tuvo sobre las necesidades de España y el camino a seguir para su grandeza y aumento.

<sup>52</sup> El Cid era lento y prudente, pero seguro. Representa esa parte que pone Castilla en el espíritu español: menos brillante quizás que la viveza de Levante o el ingenio del sur, pero que nos da unido a todo eso, unos granos de esa seriedad y buen sentido que tanto se suelen admirar en otros pueblos, como los alemanes o los ingleses.

<sup>53</sup> El Cid, respetuoso y obediente, besó la mano del rey y se dispuso a salir por los caminos a buscar su pan y su gloria.

através dos livros infantis, onde “O objetivo era formar futuros cidadãos tementes e obedientes a Deus, à Pátria e ao Chefe do Governo.” (CAPELATO, 2009, p. 120).

De acordo com Pérez (2010, p. 162) o desterro se deu, pois o Cid teria intervindo em terras muçulmanas de Toledo sem autorização do rei, e de acordo com O’Callaghan,

[...] ele talvez visse o Cid como um homem perigoso, muito independente em julgamento e ação. Seja qual for o motivo, o vínculo de vassalagem foi rompido, e o Cid iniciou as longas peregrinações que o levaram primeiro a Zaragoza e, finalmente, a Valência. Juntamente com um pequeno grupo de seguidores, ele deixou o reino de Leão em 1081 "*para ganar su pan*" para buscar seu sustento em outro lugar. (O’CALLAGHAN, 1975, p. 205. Tradução Nossa)<sup>54</sup>

Fala-se então que junto do Cid saiu uma tropa de “bons castelhanos” que ao seu lado foram em busca de glória e da fama. A partir disso faz-se uma exaltação dos valores cristãos e imperiais, como mostrado abaixo:

E ele, por sua vez, aprendeu a tratar a todos com justiça e carinho, fazendo-se respeitar ao mesmo tempo. As tropas do Cid são como um pedaço de Castela em movimento: nela há igualdade e hierarquia; tanto o comando quanto a obediência são feitos de dignidade e amor. (PEMÁN, 2009[1950], p. 132-133. Tradução Nossa).<sup>55</sup>

Após o desterro, segundo o autor, Cid vai até a cidade de Zaragoza, onde reinava o rei muçulmano al-Mutamín. Chegando lá, Pemán (2009, p. 134) diz que Cid se tornou amigo íntimo e conselheiro inseparável do rei. Nessa cidade ele teria aprendido árabe e os costumes muçulmanos, ganhando a confiança de todos. Temos aqui a ideia de um Cid diplomata que estava fazendo tudo com base nos interesses do rei Alfonso VI, mesmo que tivesse sido desterrado pelo mesmo. Além disso, como trazido por Herranz (2006, p. 112), em Zaragoza o Cid trabalhava defendendo as fronteiras contra ataques cristãos.

Segundo O’Callaghan (1975, p. 205), primeiro o Cid e seus companheiros ofereceram seus serviços em Barcelona, para os irmãos Ramon Berenguer II e Berenguer Ramon II, os quais não aceitaram sua oferta de serviços. Teria sido a partir daí então que rumaram até Zaragoza, sob domínio muçulmano, inclusive ajudando a capturar Ramon Berenguer II durante sua estadia.

O Cid pensou numa grande política espanhola de atrair mouros amigos e próximos, para com a sua ajuda e aproveitando a desunião dos reis taifa, derrotar os reinos mais

---

<sup>54</sup>[...] he perhaps viewed the Cid as a dangerous man, too independent in judgment and action. Whatever the reason, the tie of vassalage was broken, and the Cid began the long peregrinations that led him first to Zaragoza and ultimately to Valencia. Together with a small band of followers he left the kingdom of Leon in 1081 "*para ganar su pan*" to seek his livelihood elsewhere.

<sup>55</sup> Y él, por su parte, ha aprendido a tratar a todos con justicia y cariño, haciéndose respetar al mismo tiempo. La tropa del Cid es como un pedazo de Castilla en movimiento: hay en ella igualdad y jerarquía; tanto el mando como la obediencia están hechos de dignidad y de amor.

próximos de Valência, Sevilha ou Granada. Foi uma grande e hábil política de reconquista [...]. (PEMÁN, 2009, p. 135. Tradução Nossa)<sup>56</sup>

Temos no trecho acima a menção na palavra de reconquista, baseado na ideia de se unir aos próprios muçulmanos para reconquistar terras espanholas sob domínio muçulmano. Interessante o uso desse termo pelo autor, dado que, como já citado anteriormente, esse conceito passou a ser utilizado apenas no século XVIII. Porém, corrobora com a mesma ideia de Pemán, que diz que a mesma iniciou dois anos após a primeira entrada dos muçulmanos na Espanha.

A sua maneira de tratar os mouros, conhecendo a sua língua, respeitando os seus costumes, é muito semelhante à dos generais do nosso tempo formados na África, e que se tornaram para os mouros verdadeiros santos que adoram e para quem se deixam morrer. (PEMÁN, 2009, p. 135. Tradução Nossa)<sup>57</sup>

A citação acima denota mais uma vez uma diplomacia<sup>58</sup> do Cid para com os muçulmanos e, além disso, faz uma relação clara com o franquismo, pois o próprio Franco foi um desses generais que se formaram e lutaram enquanto generais no Marrocos, dessa forma, Pemán consegue glorificar o Cid e o Franco e fazer uma associação direta entre eles.

Além disso, cabe destacar que não era apenas o Cid que mantinha relação de diplomacia com os muçulmanos, mas também o próprio rei Alfonso VI, como dito por O'Callaghan:

Os governantes cristãos, em sua maioria, eram inclinados a serem tolerantes com os mudéjares, que era o nome que os muçulmanos que viviam em seus reinos eram chamados. Várias crônicas muçulmanas relatam que Alfonso VI descreveu a si mesmo como imperador das duas religiões, talvez para enfatizar sua soberania sobre as comunidades cristã e muçulmana, ou, como parece mais provável, para afirmar sua pretensão de governar toda a península e todo o seu povo, tanto cristão quanto muçulmano. (O'CALLAGHAN, 1975, p. 207. Tradução Nossa)<sup>59</sup>

Pemán diz que o Cid, em sua estadia em Zaragoza, decide invadir e conquistar Valência com a ajuda de muçulmanos aliados, para isso teria chegado na cidade de forma

---

<sup>56</sup> El Cid pensaba en una gran política española de atracción de los moros amigos y cercanos, para con auxilio de ellos y aprovechando la desunión de los reyes de taifas, vencer a los reinos más cercanos de Valencia, Sevilla o Granada. Era una grande y hábil política de reconquista, sobre bases parecidas a la que se ha llamado luego «política africana» y que ha dado tan buenos resultados en Marruecos, cuyos moros son fieles y leales amigos nuestros. p. 135

<sup>57</sup> Su modo de tratar a los moros, conociendo su lengua, respetando sus costumbres, se parece mucho al modo de los generales de nuestros tiempos formados en Africa, y que han llegado a ser para los moros verdaderos santones a quienes adoran y por quienes se dejan matar.

<sup>58</sup> Devemos lembrar que a diplomacia daquele período não é a mesma do século XXI.

<sup>59</sup> The Christian rulers, for the most part, were inclined to be tolerant of the mudéjares, as the Muslims living in their kingdoms were called. Several Muslim chronicles report that Alfonso VI described himself as emperor of the two religions, perhaps to emphasize his sovereignty over both Christian and Muslim communities, or, as seems more likely, to assert his claim to rule over the whole peninsula and all its people, both Christian and Muslim.

diplomática, fazendo amizade com o rei. Simultaneamente, os almorávidas estavam adentrando o continente.

Seu impulso foi avassalador e ameaçavam converter a Espanha árabe, agora dividida e fraca, em um único e forte reino como nos tempos do califado de Córdoba. É então que toda a chama espanhola da alma do Cid se acende como uma tocha. À sua luz, a ideia nacional da reconquista surge clara e urgente. (PEMÁN, 2009, p. 137. Tradução Nossa)<sup>60</sup>

No trecho acima novamente aparece a ideia de reconquista, dessa vez junto da ideia de nacionalidade espanhola, a qual segundo Saloma (2005, p. 398) foi uma ideia que surgiu em meados do século XVII para também referir-se a esse período. Não havia nações na idade média, logo não poderia existir a ideia de nacionalidade, ademais,

O mito da reconquista tinha sido útil, portanto; e esta utilidade é o que buscaram, consciente ou inconscientemente, os arquitetos do pensamento franquista, quando recorreram ao mesmo mito para explicar a dinâmica da Guerra Civil, cuja natureza se reduziria assim a uma mera questão religiosa -como uma luta destinada a eliminar da terra espanhola os novos inimigos do cristianismo: os marxistas ou sem-Deus-, sem outros interesses envolvidos e sem qualquer conotação social, econômica ou política. (PÉREZ, 2010, p. 173. Tradução Nossa)<sup>61</sup>

A respeito da chegada dos almorávidas na península, segundo O'Callaghan (1975, p. 209), isso se deu devido ao avanço do Alfonso VI sobre terras muçulmanas, o que fez com que os reis destes decidissem apelar pela ajuda dos almorávidas, que tinham como emir o Yusuf ibn Tashufin, mesmo que isso fosse ser um risco para eles próprios.

Dando seguimento, o autor fala da conquista de Valência pelo Cid e suas tropas. Valência deveria servir então como uma muralha contra os novos invasores. “O Cid, sempre um vassalo leal, tomou posse de Valência em nome do seu rei Alfonso e até parece que lhe enviou presentes da cidade conquistada em sinal de obediência. (PEMÁN, 2009, p. 138-139. Tradução Nossa)<sup>62</sup>. Pemán coloca o Cid como um governante justo e respeitoso, que manteve os almorávidas sem entrar em Valência. O que Pemán não traz é que, como dito por Pérez (2010, p. 163), o Cid se autoproclamou príncipe absoluto de Valência e que para isso lutou tanto contra cristãos quanto contra muçulmanos para defender as suas terras.

Acerca de sua morte, Pemán diz que

---

<sup>60</sup> Su empuje era arrollador y amenazaban convertir otra vez la España árabe, ahora dividida y débil, en un reino único y fuerte como en los tiempos del califato de Córdoba. Entonces es cuando toda la llama española del alma del Cid se aviva como una antorcha. A su luz, la idea nacional de la reconquista se le aparece clara y urgente.

<sup>61</sup> El mito de la reconquista había sido útil, por tanto; y esta utilidad es la que buscaron, consciente o inconscientemente, los artífices del pensamiento franquista a la ahora de recurrir al mismo mito para explicar la dinámica de la Guerra Civil, cuya naturaleza quedaría, así, reducida a una mera cuestión religiosa -como una lucha destinada a eliminar del solar español a los nuevos enemigos del cristianismo: los marxistas o sin-Dios-, sin otros intereses de por medio y sin connotación social, económica o política alguna. (PÉREZ, 2010, p. 173)

<sup>62</sup> El Cid, leal vasallo siempre, toma posesión de Valencia a nombre de su rey Alfonso y aun parece que le envío desde la ciudad ganada, regalos y presentes en señal de acatamiento.

Pouco depois, como se tivesse cumprido o dever para com a Espanha, não tinha mais o que fazer, exausto de tão árdua tarefa e doente de febre, morreu em Valência. Ele tinha cinquenta e sete anos quando morreu. Sua longa barba negra tinha virado uma cor cinza. (PEMÁN, 2009, p. 140. Tradução Nossa)<sup>63</sup>

Segundo Pérez (2010, p. 163), após a morte do Cid, Valência passa a ser controlada pela viúva Jimena, porém isso dura apenas dois anos, pois fragilizados evacuam a cidade, sob mando de Alfonso VI, que passa a ser controlada pelos almorávidas. Além disso, Jimena fora

[...] ajudada por seu genro, o conde Ramon Berenguer III de Barcelona (1097-1131), mantendo o senhorio de Valência. Os almorávidas sitiaram a cidade por sete meses em 1101, mas retiraram-se quando souberam que Alfonso VI estava trazendo auxílio. Concluindo que Valência não poderia mais ser defendida, ele ordenou que Jimena abandonasse a cidade; assim ela voltou a Castela, trazendo o corpo do marido para ser sepultado no mosteiro de San Pedro de Cárdena. Os almorávidas ocuparam as ruínas em chamas de Valência em maio de 1102. Somente após cento e trinta anos depois os cristãos foram capazes de retomá-la. (O'CALLAGHAN, 1975, p. 212. Tradução Nossa).<sup>64</sup>

Um dos aspectos mais importantes é que se coloca o Cid como aquele que fez amizade e alianças com os muçulmanos para lutar pela reconquista, além de sua fidelidade ao rei Alfonso VI mesmo após ter sido desterrado, quando o provável é que ele apenas estivesse lutando por seus interesses pessoais, como a mera sobrevivência, por exemplo,

[...] sua dedicação básica vai ser a prática da milícia, de cujos benefícios —soldados, captura de saques, resgate de reféns e arrecadação de tributos— ele terá que viver no futuro. Para isso, ele sempre escolherá campos de atuação tão neutros quanto possível, onde seus interesses não sejam radicalmente opostos aos de seu rei, com quem não deseja, por medo ou respeito, qualquer confronto direto. (PÉREZ, 2010, p. 162. Tradução Nossa).<sup>65</sup>

Segundo René Jesús Herranz (2006, p. 144), desde o século XIX queria-se construir uma estátua do Cid na cidade de Burgos, tendo sido um processo que foi se concluir apenas no século XX no governo de Francisco Franco, pois “No alvorecer da Guerra Civil, a ideia foi retomada, sem dúvida com um claro espírito propagandístico, numa altura em que os ideais da ‘nova Reconquista’ podiam ter um claro exemplo e precedente na figura do Campeador.” (HERRANZ, 2006, p. 142. Tradução Nossa). Além disso, segundo o mesmo autor, tanto o Cid

---

<sup>63</sup>Poco después, como si cumplido su deber con España nada más tuviera que hacer, agotado de tan dura tarea y enfermo de fiebres, muere en Valencia. Tenía al morir cincuenta y siete años. Su larga barba negra se había vuelto de color ceniza.

<sup>64</sup>[...] aided by her son-in-law, Count Ramon Berenguer HI of Barcelona (1097-1131), maintained the lordship of Valencia. The Almoravids besieged the city for seven months in 1101 but withdrew when they learned that Alfonso VI was bringing relief. Concluding that Valencia could no longer be defended, he ordered Jimena to abandon the city; thus she returned to Castile, bringing her husband's body to be buried in the monastery of San Pedro de Cardena. The Almoravids occupied the burning ruins of Valencia in May 1102. Not until a hundred and thirty years later were the Christians able to return.

<sup>65</sup>[...] su dedicación básica va a ser la práctica de la milicia, de cuyos beneficios —soldadas, captura de botín, rescate de rehenes y captación de tributos- va a tener que vivir en el futuro. Para ello elegirá siempre campos de operaciones lo más neutrales posible, donde sus intereses no se opongan radicalmente a los posibles de su rey, con el que no quiere, por temor o por respeto, enfrentamiento directo alguno.

como o Franco eram vistos como caudilhos únicos e irrepetíveis. Para a inauguração da estátua foi realizado um grande evento no dia 23 de julho 1955 na cidade de Burgos, o qual contou com a presença de Franco.

Outra das inúmeras apropriações acerca do Cid estava até mesmo dentro dos supermercados em forma de inseticida, conforme trazido por Heusch, mostrando dessa forma que até as coisas mais banais do cotidiano podem ser utilizadas para se reforçar e representar a ideologia dominante.

Produzido pela empresa barcelonesa “Químicas CID S.A.” –cujo nome se deve, sem dúvida, a feliz presença do significante heroico dentro do termo inseticida–, a ideia de chamar um inseticida de “El Cid” só poderia funcionar, em termos de comunicação e marketing, porque o franquismo já havia criado desde os anos 1940, através dos programas educativos do regime e outros meios de propaganda nacional, o mito de um Cid matamoros, a encarnação terrena de Santiago, invencível e incansável desmascarador de infiéis, capaz de libertar a Espanha cristã do que se apresentava como a peste muçulmana. A associação de ideias entre uma praga e outra se fez rapidamente no imaginário coletivo da sociedade franquista. (HEUSCH, 2017, p. 156. Tradução Nossa)<sup>66</sup>

Cabe salientar que segundo Pérez (2010, p. 157), Franco não se identificou apenas com o Cid, mas também com diversos outros personagens históricos, como Alexandre Magno, Júlio César, Napoleão Bonaparte e até mesmo com São Gabriel Arcanjo, indo além do mundo corpóreo em suas identificações e apropriações.

Entretanto, como salientado pelo próprio Pérez, a comparação do Franco com o Cid não se dava por ele mesmo, pois

Esta tarefa é reservada aos outros, que se consideram obrigados e felizes em realizá-la. E nesta corte de personagens responsáveis pelo cumprimento desta missão, vislumbram-se, em primeiro lugar, os intelectuais cortesões, encarregados de programar os atos propagandísticos, de redigir os discursos do General e de distribuir os slogans oportunos para converter o protocolo em uma homenagem contínua ao mesmo. (PÉREZ, 2010, p. 164)<sup>67</sup>

Dessa forma, pode-se perceber que houve a tentativa de instrumentalização de um mito já existente, para que assim se pudesse fazer o mesmo com a própria imagem do Franco, torná-lo um mito. Pois, como dito por Carlos Heusch (2017, p. 158), a mitificação do Cid não iniciou nesse período, mas sim muito provavelmente durante a própria vida do Cid,

---

<sup>66</sup> Producido por la empresa barcelonesa «Químicas CID S.A.» –cuyo nombre se debió sin duda a la feliz presencia del significante heroico dentro del término insectiCIDA–, la idea de llamar a un insecticida «El Cid» solo podía funcionar, en términos de comunicación y de mercadotecnia, porque el franquismo había creado, ya desde los años cuarenta, a través de los programas de educación del régimen y otros soportes de propaganda nacional, el mito de un Cid matamoros, la encarnación terrenal de Santiago, invencible e incansable debelador de infieles, capaz de liberar a la España cristiana de lo que era presentado como la plaga musulmana. La asociación de ideas entre una plaga y la otra se hacía rápidamente en el imaginario colectivo de la sociedad franquista.

<sup>67</sup> Esta tarea se reserva a los demás, a quienes se considera obligados y encantados de llevarla a cabo. Y en esta cohorte de personajes responsabilizados con el cumplimiento de esta misión se pueden vislumbrar, en primer lugar, los intelectuales áulicos, encargados de programar los actos propagandísticos, de escribir los discursos del General y de repartir las consignas oportunas para convertir el protocolo en un homenaje continuo al mismo.

demonstrando assim a ampla apropriação que a história pôde fazer desse personagem, de acordo com seus interesses próprios.

Assim sendo, através do que foi analisado acima fica explícita a ideologia franquista por trás do livro do Pemán e a representação que se queria construir do Cid como um símbolo discursivo que além deste caso específico esteve muito presente durante a ditadura franquista, tendo como intuito colocar a figura de Franco como o sucessor do Cid, ou seja, um espanhol exemplar, porém agora com inimigos diferentes. Além de ser um livro recheado de anacronismos e ideias equivocadas acerca da idade média espanhola. Um dos momentos em que o autor faz isso é quando fala “A conquista da Espanha por Roma e a facilidade com que se apropriaram de sua grande civilização, é um dos fatos em que é mais claramente vista a mão de Deus fazendo a história.” (PEMÁN, 2009 [1950], p. 48. Tradução Nossa)<sup>68</sup>. Segundo exemplo é que ele coloca como se já existisse uma nacionalidade espanhola desde o século VIII.

Em julho de 1099 morria em Valência Ruy Díaz de Vivar. Não desaparecia, porém, para a História. Novecentos e três anos depois, ele sobrevive ao esquecimento dos mortos e é universalmente conhecido por um apelido mítico, El Cid Campeador. Graças aos documentos literários, e somente a eles, ninguém hoje pode negar sua existência. (VELAYOS, 2003, p. 377. Tradução Nossa)<sup>69</sup>

Dessa forma, como citado acima, o personagem histórico Cid fora transformado em mito, reconhecido mundialmente e utilizado com intuítos políticos, alterando suas representações e a sua ideologia, como fizeram Pemán e o franquismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, vimos nessa pesquisa que o franquismo surgiu com a guerra civil espanhola, que fora causada pelo descontentamento das classes altas com a segunda república. Nessa guerra, Francisco Franco se destacou e se tornou o seu “caudilho”, seu chefe militar e político.

Tendo em vista que o objetivo da pesquisa era analisar a apropriação da reconquista e do Cid feita por Pemán em seu livro sobre a história da Espanha, acreditamos ter cumprido com esse objetivo, pois através da análise dessa fonte histórica pode-se perceber que a escrita

---

<sup>68</sup> La conquista de España por Roma y la facilidad con que se apropió de su gran civilización, es uno de los hechos en que más claramente se ve la mano de Dios dirigiendo la Historia.

<sup>69</sup>En julio de 1099 moría en Valencia Ruy Díaz de Vivar. No desaparecía, empero, para la Historia. Novecientos tres años después sobrevive al olvido de los muertos y se le conoce universalmente por un mítico sobrenombre, el Cid Campeador. Gracias a los documentos literarios, y sólo a ellos, nadie puede hoy negar su existencia. p. 380 (VELAYOS, 2003, p. 377).

do Pemán possuía um viés político, de apoio ao Franquismo. A essa conclusão chegamos não apenas por sua escrita, mas também porque ele era abertamente um apoiador do governo de Franco e compartilhava dos seus ideais.

Além disso, era uma escrita que buscava justificar o que se considerava o ser espanhol ideal pelo franquismo, representado nesse caso pela figura do Cid, além de outros personagens, como Don Pelayo, os quais nossa pesquisa não abarcou. O espanhol ideal era o cristão, que possuísse os valores valorizados pelo franquismo, como a defesa do regime e o conservadorismo.

Vimos também o porquê do Cid ter sido um escolhido para isso, pois desde o período em que estava vivo o Cid já estava sofrendo o processo de mitificação, o qual se intensificou ao longo dos séculos e não apenas isso, mas também diferentes versões do Cid foram sendo criadas. No caso do Pemán, o Cid foi apropriado para reforçar o mito da reconquista e do caudilho fiel ao reino e a Deus, ou seja, a mesma imagem que se queria construir do Franco.

Ao longo do primeiro capítulo, além da contextualização acerca da guerra civil espanhola e do governo do Franco no geral, também analisamos como se dava a educação no período franquista, a qual era permeada de censura e era uma educação voltada para os interesses do governo. Uma educação em que os estudantes deveriam acreditar e ver apenas aquilo que era considerado bom para a criação de espanhóis nacionalistas, algo muito bem representado pelo livro do Pemán, pois como vimos ele foi utilizado inicialmente enquanto livro didático.

Já no segundo capítulo partimos para a análise da fonte histórica em si, nesse caso o livro do Pemán e fizemos a escolha de investigarmos as partes específicas do livro em que o autor fala sobre o Cid Campeador. Neste capítulo trouxemos trechos da fonte e relacionamos com o que historiadores falam sobre o assunto.

Sendo assim, através dos seus escritos pôde ser percebido o viés nacionalista do autor. Apesar de em alguns momentos, como no caso da jura de Santa Gadea, ele ir além de visões mitológicas, ele permaneceu atrelado na visão do Cid herói, o Cid que representa o melhor do povo espanhol e que lutou contra o outro indesejado, nesse caso os muçulmanos, e no caso do Franco, todos que não concordavam com a sua ideologia.

Em conclusão, acreditamos ser esse tema necessário dada as constantes apropriações da história que foram feitas e seguem sendo feitas. Portanto, acreditamos que essa pesquisa possui relevância dentro do âmbito deste tema, pois a idade média especificamente é muito utilizada por grupos e governos de extrema-direita para legitimar suas ideologias. Sendo

assim, necessário que se estude cada vez mais acerca destes diversos tipos de apropriações que são feitas.

### **Fontes primárias:**

ESPAÑA. Ley de Reforma de la Segunda Enseñanza. Boletín Oficial del Estado, n. 85, setembro 1938. Disponível em: <https://www.boe.es/datos/pdfs/BOE/1938/085/A01385-01395.pdf>. Acesso em: 08/12/2022.

ESPAÑA. Ley de Ordenación de la Universidad Española. Boletín Oficial del Estado, n. 212, p. 7406 – 7431, Julho 1943. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1943-7181>. Acesso em: 13/12/2022.

ESPAÑA. Ley de Enseñanza Primaria. Boletín Oficial del Estado, n. 199, Julho 1945. Disponível em: <https://www.boe.es/datos/pdfs/BOE//1945/199/A00385-00416.pdf>. Acesso em: 13/12/2022.

ESPAÑA. Ley de Ordenación de la Enseñanza Media. Boletín Oficial del Estado, n. 58, Fevereiro 1953. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1953-2404>. Acesso em: 17/12/2022.

ESPAÑA. Ley General de Educación y Financiamiento de la Reforma Educativa. Boletín Oficial del Estado, n. 187, Agosto 1970. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1970-852>. Acesso em: 17/12/2022.

PEMÁN, J. M. La historia de España contada con Sencillez. 2. ed. Madrid: HornoLegens, 2009. ISBN 978-84-92518-18-0.

### **Bibliografía:**

ALTED, Alicia. Notas para la configuración y el análisis de la política cultural del franquismo en sus comienzos: La labor del ministerio de educación nacional durante la guerra. In: FONTANA, Josep. (ed.). España Bajo el Franquismo. Barcelona: Crítica, 1986. 270 p

BENÍTEZ, Manuel, P. Evolución de la educación en España durante el franquismo. In: FERRER, A. T.; SAUTER, G. O.; SANZ FERNÁNDEZ, F. (coord.). Historia de la educación: Edad Contemporánea. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012.

BUADES, Josep. M. A guerra civil espanhola. São Paulo: Contexto, 2013.

CAPELATO, Maria. H. R. Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 117 – 143, 2009.

CASTILLA, J. A. José María Pemán en la España de su tiempo. *Boletín de la Real Academia Sevillana de Buenas Letras*, v. 26, p. 97 – 122, 1997. Disponível em: [http://institucional.us.es/revistas/rasbl/26/art\\_5.pdf](http://institucional.us.es/revistas/rasbl/26/art_5.pdf). Acesso em: 30/03/2022.

CASTRO, A. L. El Cid en la literatura española a partir de 1939. *Cuadernos para la Investigación de la Literatura Hispánica.*, p. 455 – 467, 2008

CATALÁN, D. Ramón Menéndez Pidal. *Real Academia de La Historia*. Disponível em: <https://dbe.rah.es/biografias/12638/ramon-menendez-pidal>. Acesso em: 02/05/2023.

CHUECA, Ricardo L. Fet y de Las Jons: La paradójica victoria de un fascismo fracasado. *In: FONTANA, Josep. (ed.). España Bajo el Franquismo*. Barcelona: Crítica, 1986. 270 p

CORBELLA, Manel. R. A ditadura franquista. *Reflexão e Ação*, v. 23, n. 2, p. 170-197, 16 out. 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6464>.

ESCALONA, J.; PÉREZ-ALFARO, C. J.; ALFONSO, I. El medievalismo, lo medieval y el CSIC en el primer franquismo. *In: MARTÍN, F. J. M. (ed.). El franquismo y la apropiación del pasado*. Madrid: Pablo Iglesias, 2016. p. 159 – 188. ISBN 978-84-95886-76-7.

FERREYRA, A. N. La conformación de un consenso pro-franquista en la comunidad española de Buenos Aires: solidaridad material y propaganda político-cultural (1936-1945). 2018. Tese (Facultad de Filosofía y Letras,) — Universidad de Buenos Aires. Disponível em: <http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/10011>. Acesso em: 30/03/2022.

FERRER, A. T.; SAUTER, G. O.; SANZ FERNÁNDEZ, F. (coord.). *Historia de la educación: Edad Contemporánea*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012. ISBN 978-84-362-5009-1.

FONTANA, Josep. (ed.). *España Bajo el Franquismo*. Barcelona: Crítica, 1986. 270 p.

FRAGO, Antonio. V. La educación en el franquismo (1936-1975). *Educar em Revista*, Paraná, n. 51, p. 19 – 35. ISSN 0104-4060, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155030093003>.

GARCÍA PÉREZ, G. Covadonga, un mito nacionalista católico de origen griego. *El Basilisco*, Oviedo, n. 17, p. 81 – 94, 1994. Disponível em: <https://oa.upm.es/756/>. Acesso em: 08/12/2022.

GRECCO, Gabriela. L. El control del libro durante el Primer Franquismo. *Diálogos*, v. 18, n. 1, p. 361-380, 13 mar. 2017.

HERRANZ, R. J. P. La imagen del heroe medieval castellano. *El Cid: entre la historia, la leyenda y el mito*. CUADERNOS DEL CEMYR, p. 111 – 146, 2006.

HEUSCH, C. La construcción del mito cidiano. Cahiers D'études Hispaniques Médiévales, p. 155 – 162, 2017.

HOURANI, A. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

MANZANO, E. Conquistadores, emires y califas: Los omeyas y la formación de al-Andalus. Barcelona: Crítica Barcelona, 2006. ISBN 84-8432-674-8.

MARTÍN, F. J. M. (ed.). El franquismo y la apropiación del pasado: El uso de la historia, de la arqueología y de la historia del arte para la legitimación de la dictadura. Madrid: Pablo Iglesias, 2020. ISBN 978-84-95886-88-0.

NÚÑEZ, M. A. M. ¿Por qué llegaron los árabes a la península ibérica?: Las causas de la conquista musulmana del 711. AWRAQ, n. 3, p. 21 – 36, 2011.

O'CALLAGHAN, J. F. A History of Medieval Spain. Cornell University Press, 1975. ISSN 978-0-8014-9264-8.

PENALVA, J. J. Poema de la Bestia y el Ángel, de Pemán: configuración literaria de una estética de guerra. Hesperia. Anuario de filología hispánica, VI. p. 175 – 191, 2019. Disponible em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=722358>. Acceso em: 01/04/2022.

PÉREZ, J. P. La sombra del Cid y de otros mitos medievales en el pensamiento franquista. Norba revista de história, p. 155 – 177, 2010.

PRESTON, Paul. La guerra civil española: reacción, revolución y venganza. Barcelona: Liberduplex, 2010.

RICO, E. M. El Cid: El héroe literario através de los siglos. Cuadernos de Filología Hispánica, p. 237 – 245, 2005. ISSN 0212-2952.

SALOMA, M. F. R. De la Restauración a la Reconquista: la construcción de un mito nacional (Una revisión historiográfica. Siglos XVI-XIX). En la España Medieval, p. 379 – 414, 2005. ISSN 0214-3038.

SALOMA, M. F. R. La reconquista en el primer franquismo: relecturas tras la nueva cruzada. In: MARTÍN, F. J. M. (ed.). El franquismo y la apropiación del pasado: El uso de la historia, de la arqueología y de la historia del arte para la legitimación de la dictadura. Madrid: Pablo Iglesias, 2020. ISBN 978-84-95886-88-0.

SANJUÁN, A. G. Al-Andalus en el nacionalcatolicismo español: la historiografía de época franquista (1939-1960). In: MARTÍN, F. J. M. (ed.). El franquismo y la apropiación del pasado: El uso de la historia, de la arqueología y de la historia del arte para la legitimación de la dictadura. Madrid: Pablo Iglesias, 2020. ISBN 978-84-95886-88-0.

SANJUÁN, A. G. La conquista islámica de la península ibérica y la tergiversación del pasado: Del catastrofismo al negacionismo. Marcial Pons Historia, 2013.

SANJUÁN, A. G. Weaponizing Historical Knowledge: the Notion of Reconquista in Spanish Nationalism. *Imago Temporis: Medium Aevum*, 14: 133-162, 2020.

SAYAVERA, S. C. El sistema educativo durante el franquismo. *Revista Aequitas*, Valladolid, v. 8, p. 31 – 62, 2016. ISSN 2174-9493. Disponível em: <https://revistaaequitas.files.wordpress.com/2016/09/revista-aequitas-8x.pdf>. Acesso em: 14/12/2022.

SEIJAS, C. L. La Educación en España 1945-1992. *In: PUIGGRÓS, A. e LOZANO, C. Historia de la Educación Iberoamericana (Tomo I)*. Miño y Dávila Editores, Barcelona, 1995.

SOUTHWORTH, H. R. El mito de la cruzada de Franco. Epub Livre, 2008.

TUSELL, Javier. *História de España en el siglo XX Tomo III: La Dictadura de Franco*. Barcelona: Epub Libre, 2014.

VALLS, Rafael. Ideología franquista y enseñanza de la historia en España, 1938-1953. *In: FONTANA, Josep. (ed.). España Bajo el Franquismo*. Barcelona: Crítica, 1986.

VELAYOS, S. M. Entre la historia y la literatura: el Cid. La creación de un personaje histórico. *Memoria, mito y realidad en la historia medieval*, p. 363 – 380, 2003